

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

**INDICAÇÃO GEOGRÁFICA:
UM INSTRUMENTO DE SUPORTE AO
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E HUMANO
DAS RENDEIRAS DE DIVINA PASTORA (SERGIPE)?**

PABLO FERREIRA REGALADO

Orientação: Professor Doutor Manuel Mira Godinho

Lisboa

2011



**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

**INDICAÇÃO GEOGRÁFICA:
UM INSTRUMENTO DE SUPORTE AO
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E HUMANO
DAS RENDEIRAS DE DIVINA PASTORA (SERGIPE)?**

PABLO FERREIRA REGALADO

Orientação: Professor Doutor Manuel Mira Godinho

Júri:

Presidente: Professor Doutor João Ramos Estêvão

Vogais: Professora Doutora Joana Pereira Leite

Professor Doutor Manuel Mira Godinho

Aprovação: Novembro/2011

Dedico este trabalho

A três mestras:

Dina, Marocas e Sinhá,

pelo importante papel que assumiram

na disseminação do saber fazer renda irlandesa em Divina Pastora.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter iluminado meus caminhos, sobretudo após a frustrada experiência de estudar na Dinamarca, quando mudei os planos e decidi pelo Mestrado em Portugal.

Aos meus pais, Adelina e Pedro, por acreditarem em meus sonhos e serem dedicadamente presentes em minha vida, sempre com atitudes e palavras de ternura.

Aos meus irmãos, Fabiano e Diego; cunhadas, Christiane e Alessandra; e sobrinhos, Pedro e Letícia, por me proporcionarem momentos agradáveis em família.

Aos amigos de longa data, por demonstrarem motivos robustos para serem guardados do lado esquerdo do peito.

Ao Professor Doutor Manuel Mira Godinho, sinceros agradecimentos pela orientação e sugestivas contribuições a esta dissertação.

Aos professores do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, pelo profissionalismo e empenho ao longo do curso.

Ao Carlos Alberto Marconi, por ter feito a gentileza de ler o presente estudo, utilizando o seu olhar crítico e oportuno.

Aos colegas de trabalho do INPI, principalmente à chefia, por toda a compreensão da importância que a conclusão desta etapa tem para mim.

Aos representantes de diferentes instituições, públicas e privadas, por terem colaborado com seus depoimentos a fim de enriquecer a investigação.

A todas as pessoas que conheci em Divina Pastora, com destaque para as Irmãs do Convento Solitude; o pároco da Igreja Matriz Nossa Senhora Divina Pastora; e, finalmente, as rendeiras da ASDEREN, pela hospitalidade, simpatia e vontade de ajudar.

RESUMO

O objectivo desta dissertação é investigar se a indicação geográfica pode representar um instrumento de suporte ao desenvolvimento socioeconómico e humano das artesãs da Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa de Divina Pastora – ASDEREN, que trabalham com a renda irlandesa. Como metodologia, utiliza-se um estudo de caso baseado em entrevistas a três grupos diferentes de rendeiras e depoimentos de representantes de algumas instituições, públicas e privadas, que têm ou possam vir a ter interface com a ASDEREN. Fica demonstrado que as peças feitas de renda irlandesa precisam alinhar-se a necessidades e gostos dos consumidores sem perder a autenticidade e a originalidade. Capacitar novas artesãs e aperfeiçoar as habilidades das demais são mecanismos que auxiliam a actividade, apesar de não serem suficientes para garantir sua sustentabilidade. É necessário que haja maior impacto da renda irlandesa nos rendimentos familiares, do que se conclui que a indicação geográfica poderá cumprir um papel importante, vinculando os produtos artesanais ao seu território de origem – no caso, Divina Pastora (Sergipe) – e, assim, atraindo clientes interessados neste diferencial. Todavia, para alcançar resultados eficazes, as parcerias da ASDEREN com algumas instituições devem continuar, aliadas à vontade política de promover programas que fortaleçam a renda irlandesa na comunidade e auxiliem no processo de desenvolvimento socioeconómico e humano. Tudo isso em conformidade com a perspectiva de expansão das capacidades do economista Amartya Sen, na qual as próprias pessoas devem decidir o tipo de vida que desejam levar.

Palavras-chave: Indicação geográfica. Desenvolvimento socioeconómico. Desenvolvimento humano. Tradição. Cultura. Artesanato.

ABSTRACT

This study investigates whether geographical indication may represent an instrument to support socioeconomic and human development of women who are members of the Association for the Development of the Irish Lace from Divina Pastora – ASDEREN and work with Irish lace. The methodological framework consists of a case study based on interviews with three different groups of Irish lace artisans as well as with representatives of public and private institutions which are or might be involved with ASDEREN. This work shows that products made of Irish lace need to be in line with customers' needs and tastes, maintaining their authenticity and originality at the same time. Capacity building of new artisans and development of experienced artisans' skills are considered mechanisms which may foster the activity, although they are not sufficient to guarantee its sustainability. Irish lace shall increase its contribute to family income; in this case geographical indication could play an important role by linking handicraft products to their place of origin – Divina Pastora (Sergipe) – and thus leading to attract more customers interested in the differentiated nature of these products. However, in order to achieve effective results, the cooperation among some institutions with ASDEREN should continue along with public policies focused on strengthening the production of Irish lace within the community and supporting the process of socioeconomic and human development. All of this shall be in accordance with the economist Amartya Sen's capability approach, empowering people to live their lives the way they wish.

Keywords: *Geographical indication. Socioeconomic development. Human development. Tradition. Culture. Handicraft.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Representação do IDH de todos os municípios do Brasil, 2000.....	5
Figura 2. Representação do IDH dos municípios do estado de Sergipe, 2000.....	6
Figura 3. Artesã em seu trabalho com renda irlandesa.....	17
Figura 4. Identificação dos diferentes pontos usados na renda irlandesa.....	19
Figura 5. Destaque dos pontos e do lacê em peça de renda irlandesa.....	19
Figura 6. Peça de renda irlandesa.....	22
Figura 7. Representação gráfica da primeira indicação geográfica brasileira para artesanato.....	29
Figura 8. Representação gráfica de pretensas indicações geográficas brasileiras para artesanato.....	29
Figura 9. Representação gráfica da faixa etária das entrevistadas.....	35
Figura 10. Representação gráfica do nível de escolaridade das entrevistadas.....	36
Figura 11. Representação gráfica do rendimento familiar das entrevistadas.....	37
Figura 12. Representação gráfica do impacto da renda irlandesa no rendimento familiar das entrevistadas.....	37
Figura 13. Representação gráfica da actividade profissional das entrevistadas.....	38
Figura 14. Representação gráfica dos motivos pelos quais as entrevistadas trabalham com a renda irlandesa.....	39
Figura 15. Representação gráfica dos motivos pelos quais as entrevistadas acreditam na sustentabilidade da actividade.....	42
Figura 16. Representação gráfica da propensão à inovação por parte das entrevistadas.....	43
Figura 17. Representação gráfica dos motivos pelos quais uma máquina não melhoraria o trabalho das entrevistadas.....	44
Figura 18. Representação gráfica da possibilidade das entrevistadas criar desenhos.....	45
Figura 19. Representação gráfica das peças de renda irlandesa produzidas pelas entrevistadas, além do segmento tradicional.....	46
Figura 20. Representação gráfica das dificuldades encontradas pelas entrevistadas em seu trabalho.....	48
Figura 21. Representação gráfica das sugestões dadas pelas entrevistadas para melhorar o seu trabalho.....	49
Figura 22. Representação gráfica dos benefícios da indicação geográfica, na opinião das entrevistadas.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ASDEREN	Associação para o Desenvolvimento da Renda de Divina Pastora
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ONG	Organização Não Governamental
PAB	Programa do Artesanato Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SE	Sergipe
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SICAB	Sistema Integrado de Cadastro do Artesanato Brasileiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

Introdução.....	1
CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO.....	2
1.1 Contextualizando a comunidade investigada.....	3
1.2 Diferentes enfoques do desenvolvimento.....	6
1.3 Tradição, cultura e artesanato: costurando conceitos para justificar o trabalho com a renda irlandesa.....	11
1.4 Beleza e destreza na produção de renda irlandesa.....	16
1.5 Linhas e pontos sobre indicação geográfica.....	22
CAPÍTULO II – METODOLOGIA.....	30
2.1 Tipo de investigação.....	31
2.2 População e amostra.....	31
2.3 Colecta de dados.....	32
2.4 Análise de dados.....	33
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	34
3.1 Caracterização socioeconómica, profissional e humana das rendeiras associadas à ASDEREN.....	35
3.2 Percepções e expectativas das rendeiras quanto ao <i>status</i> actual e futuro do seu trabalho com a renda irlandesa em Divina Pastora.....	41
3.3 <i>Status</i> das rendeiras associadas à ASDEREN para serem titulares de indicação geográfica.....	50
CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
4.1 Conclusões imediatas do trabalho.....	56
4.2 Conclusões tendo em atenção a literatura revista e o enquadramento conceptual apresentado.....	57
4.3 Recomendações.....	58
Referências bibliográficas.....	59
ANEXO.....	65

Introdução

A indicação geográfica é um tema fascinante que vem despertando, cada vez mais, o interesse dos profissionais de diferentes áreas do conhecimento. No Brasil, é possível perceber a articulação que existe para proteger produtos alimentícios e agropecuários por indicação geográfica. Todavia, ainda não há acções efectivas no sentido de utilizar este meio de protecção para produtos do artesanato brasileiro, o que já é suficiente para justificar o presente estudo, tendo como enfoque a renda irlandesa produzida por artesãs da Associação para o Desenvolvimento da Renda de Divina Pastora – ASDEREN, no município de Divina Pastora, localizado em Sergipe.

Hoje, a actividade artesanal abordada nesta dissertação não é capaz de garantir um nível socioeconómico satisfatório para as mulheres envolvidas na produção. A elas, por sua vez, cabe decidir se querem ou não continuar a trabalhar com a renda irlandesa. Mas que outras alternativas teriam numa cidade em que as oportunidades profissionais são restritas?

Logo, o objectivo geral deste estudo foi investigar se a indicação geográfica poderia representar um instrumento de suporte ao desenvolvimento socioeconómico e humano da comunidade envolvida na produção da renda irlandesa em Divina Pastora. Quanto aos objectivos específicos, buscou-se:

- Descrever as condições socioeconómicas, profissionais e humanas das rendeiras associadas à ASDEREN;
- Identificar as percepções e as expectativas das rendeiras quanto ao *status* actual e futuro do seu trabalho com a renda irlandesa em Divina Pastora;
- Verificar se as rendeiras associadas à ASDEREN preencheriam os requisitos para identificar a relação da renda irlandesa com o seu território de origem, através da indicação geográfica;
- Obter informações junto aos principais parceiros, públicos e privados, envolvidos em acções conjuntas com a ASDEREN, no sentido de conhecer as possibilidades e limitações existentes, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico e humano das rendeiras e do próprio município em que vivem.

A dissertação foi dividida em quatro capítulos: o primeiro contém o referencial teórico para melhor compreender a comunidade investigada, bem como as questões relativas a desenvolvimento, tradição, cultura, artesanato, renda irlandesa e indicação geográfica; o segundo aborda a metodologia empregada no estudo de caso; o terceiro apresenta os dados colectados e a análise dos resultados; e o quarto aponta as considerações finais.

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Contextualizando a comunidade investigada

Divina Pastora é um dos 75 municípios que pertence ao estado de menor extensão territorial do Brasil e integrante da região nordeste do país: Sergipe. Este município está localizado a 39km de Aracaju, que é a capital do estado. Segundo dados do último censo demográfico realizado em 2010, Divina Pastora possui 4.326 habitantes, uma área aproximada de 92 km² e, em 2008, seu PIB *per capita* a preços correntes foi de R\$ 33.671,00 (IBGE 2011), o que lhe garantiu a quarta posição no *ranking* dos municípios de maior PIB *per capita* de Sergipe.

Mas será que os habitantes de Divina Pastora possuem, de facto, motivos para comemorar a quarta posição alcançada no PIB *per capita* do estado em que vivem? Outros dados, também colectados no censo 2010 (IBGE 2011), mostram que dos 1.189 domicílios particulares permanentes de Divina Pastora:

- a) 98,3% possuem energia eléctrica;
- b) 81,6% são abastecidos por rede geral de distribuição de água;
- c) 97,6% dispõem de casa de banho, sendo que somente 12,2% são servidos por rede geral de esgoto ou pluvial;
- d) 91,2% possuem colecta de lixo realizada directamente por serviço de limpeza;
- e) 18,7% ganham até ¼ de salário mínimo ao mês, enquanto que 37% recebem mais de ¼ até ½ salário mínimo ao mês e 29,9% conseguem obter como rendimento domiciliar mensal mais de ½ até um salário mínimo.

Constata-se, diante dos números acima, que 85,6% dos domicílios em Divina Pastora sobrevivem – ou tentam sobreviver – com até um salário mínimo¹ ao mês. Parece oportuna a seguinte questão: como essas pessoas conseguem garantir seus rendimentos mensais?

Conforme verificado por Dantas (2004, 2005), o município em estudo desenvolve basicamente três actividades, quais sejam: agricultura (cana-de-açúcar); petróleo (responsável pela chegada de *royalties*² à cidade); e renda irlandesa (objecto de estudo da presente

¹ Salário mínimo utilizado no censo 2010: R\$ 510,00.

² *Royalties* podem ser definidos como uma compensação financeira devida pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro; é, portanto, uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não-renováveis. A média dos valores acumulados de *royalties* em Divina Pastora, somente de Janeiro de 2008 a Dezembro de 2010, foi de R\$ 4.457.522,76 (ANP 2011). Logo, ao longo dos dois últimos anos, uma quantia robusta de *royalties* foi repassada ao município de Divina Pastora e a previsão é de que esta tendência se mantenha enquanto houver recursos para serem extraídos daquele local.

dissertação). A autora revela que a actividade comercial é considerada incipiente, cabendo à administração pública municipal o posto de maior empregadora. É inferido, ainda, que o aprendizado das técnicas de renda irlandesa torna-se uma verdadeira oportunidade para quem não tem um emprego fixo em Divina Pastora.

O Brasil é um país com população de pouco mais de 190 milhões de habitantes, segundo dados do censo 2010 (IBGE 2011). Ainda que o povo brasileiro tenha alcançado maiores índices de crescimento económico nos últimos anos, em 2010 havia 16,27 milhões de indivíduos extremamente pobres no país. Este número representa cerca de 8,5% da população nacional. Deve-se destacar que a região nordeste reúne a maior quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza³: 9,6 milhões, o que equivale a 5% do total de brasileiros (O Globo 2011).

Amartya Sen, ganhador do Prémio Nobel de Economia em 1998, escreveu a introdução do último Relatório do Desenvolvimento Humano⁴ (PNUD Brasil 2010), na qual explica a intenção de se criar o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH: funcionar como uma medida semelhante ao PIB, porém, menos complexa e capaz de considerar mais do que rendimentos e bens na análise dos indivíduos. O IDH, além de se concentrar no rendimento mínimo, considera a longevidade e o ensino básico como variáveis. Contudo, o autor expõe que a abordagem do desenvolvimento humano não deve ser restrita ao IDH. Ao contrário, novos índices precisam ser incorporados para reflectir desafios e perspectivas futuras.

A ideia central contida no IDH “é a do aumento das opções dos indivíduos e dos seus grupos, de forma a satisfazerem as suas necessidades básicas, a aumentarem a sua segurança pessoal e a atingirem um nível de vida digno, em várias dimensões” (Amaro 2006: 452). Mais uma vez fica demonstrado que o índice em questão não trata exclusivamente do viés económico, permitindo flexibilidade para agregar uma abordagem social.

De modo a ilustrar este estudo, é importante trazer informações sobre o IDH do Brasil e do município de Divina Pastora, todas contidas no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Trata-se de um banco de dados electrónico que contém informações socioeconómicas dos 5.507 municípios e 27 estados da federação, a partir do que foi colectado nos censos realizados em 1991 e 2000 (PNUD Brasil 2011).

³ Segundo informado pela Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a linha de pobreza extrema adoptada pelo governo actual será de R\$ 70,00 por pessoa/mês (O Globo 2011). Este valor representa, aproximadamente, $\frac{1}{7}$ do salário mínimo em vigor.

⁴ Desde 1990 o PNUD publica relatórios anuais que abordam o chamado desenvolvimento humano, ou seja, demonstram o modo de vida que as pessoas levam (Sen 2000; Amaro 2006).

Pode-se visualizar, a partir da figura a seguir, que a região nordeste concentra a maior quantidade de municípios com o menor IDH do Brasil. E, conforme já exposto, é nesta região que está a maior quantidade de brasileiros em situação de extrema pobreza. Em contraposição, a maioria dos municípios do sul e sudeste do país consegue superar o IDH nacional, que era de 0,766 no censo 2000 (PNUD Brasil 2011). Parece que um dos desafios para a política nacional é minimizar as desigualdades regionais no tocante aos aspectos de rendimento mínimo, longevidade e educação básica.

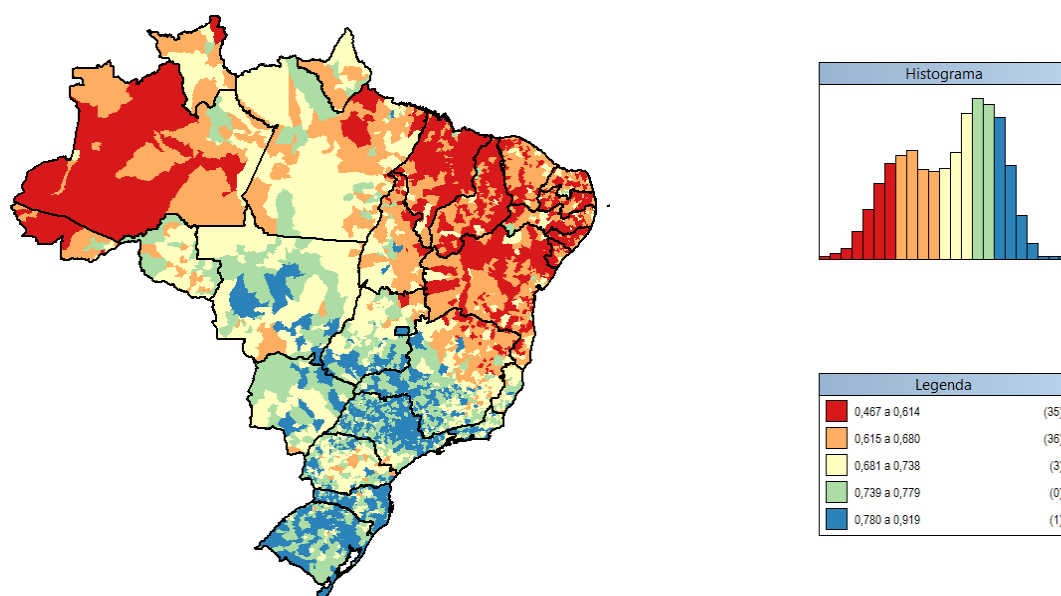


Figura 1. Representação do IDH de todos os municípios do Brasil, 2000
(Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

Em 2000, do total de 5.507 municípios no Brasil, verifica-se que 58,2 % tinham IDH entre 0,650 e 0,800 – onde se insere Divina Pastora, cujo IDH alcançou 0,655 (PNUD Brasil 2011). A próxima figura mostra que somente Aracaju, a capital do estado, possui IDH na categoria que varia de 0,780 a 0,919 e aparece, então, como o mais elevado de todos. Em contraposição, o IDH dos demais municípios na figura aponta que ainda existe muito a ser feito para que Sergipe se destaque com relação ao desenvolvimento humano.

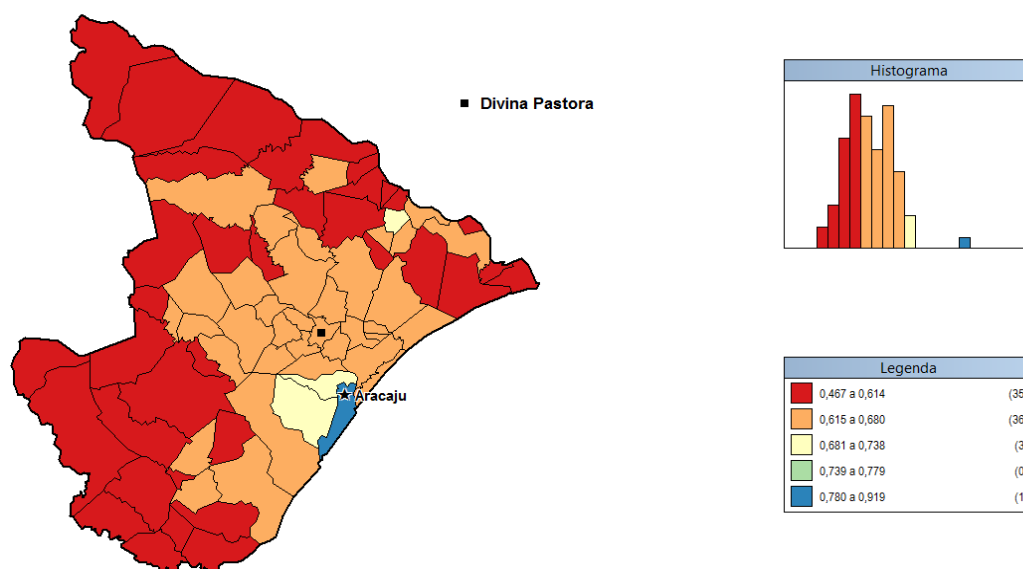


Figura 2. Representação do IDH dos municípios do estado de Sergipe, 2000
(Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

1.2 Diferentes enfoques do desenvolvimento

Antes de fazer maiores considerações sobre o desenvolvimento humano, é necessário buscar os principais conceitos relacionados ao desenvolvimento. Fischer (2002) conta que, inicialmente, houve certa confusão entre os termos desenvolvimento e evolução, sendo marcantes as noções advindas da biologia. Assim, desenvolvimento seria equivalente ao movimento de determinado ser para uma forma sempre mais perfeita. Foi somente no final do século XVIII que a ideia de desenvolvimento passou a ser utilizada pelas Ciências Sociais, sobretudo para designar um processo gradual de mudança social.

Caiden e Caravantes (1982) *apud* Fischer (2002: 18) explicam que o conceito de desenvolvimento surgiu na vontade dos países ricos em prestar auxílio aos mais pobres que eram, em sua maioria, governos recém-criados e necessitados por mudanças em suas burocracias de tipo colonial. Logo, desenvolver significava a possibilidade de transformar a sociedade tradicional em sociedade moderna ocidentalizada.

Sintetizando as ideias acima, é possível afirmar que desenvolvimento “é um processo histórico, envolvendo avanços, retrocessos, conflitos e pactos entre os actores. Ao longo do tempo, permitirá um aumento na qualidade de vida de uma certa população” (Brose 2002: 208). E, como o processo histórico admite ruptura com o passado, nos últimos 30 anos

o conceito de desenvolvimento vem se renovando, conforme observado por Amaro (2006), de modo a agregar vocábulos como: humano; participativo; local; entre outros não menos importantes, mas que não serão enfocados a seguir. O autor diz que todos os novos conceitos possuem fundamentação científica e reconhecimento por parte de organismos internacionais.

Para compreender o desenvolvimento humano – um referencial teórico relevante nesta investigação – merece especial atenção a obra *Desenvolvimento como liberdade*, de Amartya Sen (2000). O autor questiona se existe relação entre rendimentos e realizações individuais: por meio de riqueza económica o indivíduo consegue viver do modo como gostaria? Segundo a visão de desenvolvimento por ele defendida, a ideia de riqueza não está limitada à maximização dos rendimentos; é preciso buscar a “expansão das ‘capacidades’ [*capabilities*] das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam” (Sen 2000: 32). Em síntese, visa-se garantir oportunidades para que cada indivíduo escolha o que é melhor para si.

Um dos pontos analisados por Sen na referida obra, que merece reflexão diante do trabalho com renda irlandesa realizado em Divina Pastora, é o seguinte: reconhecer que o desenvolvimento económico pode ser danoso, já que a modernidade muitas das vezes é uma verdadeira ameaça às tradições de um país. Por meio de um olhar crítico, o autor propõe que “se um modo de vida tradicional tem de ser sacrificado para escapar-se da pobreza devastadora ou da longevidade minúscula (...), então são as pessoas directamente envolvidas que têm de ter a oportunidade de participar da decisão do que deve ser escolhido” (Sen 2000: 47). Logo, fica clara a intenção de se resolver de modo participativo as questões envolvendo modernidade e tradição, o que representa um exercício de expansão das capacidades humanas.

Outro ponto destacado em *Desenvolvimento como liberdade*, que está relacionado ao desenvolvimento humano, é o enfoque no papel desempenhado pelas mulheres na sociedade. Ainda que exista uma notável desigualdade entre os géneros em muitos países do globo, “as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes activos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais (...)” (Sen 2000: 220-221). Com tal afirmação não restam dúvidas de que está em curso um processo de aceitação da mulher como uma figura mais independente e com maior poder de decisão sobre as questões familiares. Portanto, não é enxergar a mulher somente como esposa e mãe; deve-se levar em consideração que ela também pode ser uma trabalhadora assalariada a contribuir para o desenvolvimento e a prosperidade de sua família.

Abordadas algumas facetas do desenvolvimento humano na visão de Amartya Sen, é oportuno passar para a análise do chamado desenvolvimento local. Ora, a primeira noção que vem à cabeça do leitor é a seguinte: se as pessoas conseguem se desenvolver

quanto a aspectos socioeconómicos, consequentemente, o espaço geográfico em que vivem também passará por um processo de desenvolvimento.

Primeiramente, vale trazer algumas considerações a respeito do desenvolvimento local. Conforme salientado por Rosa (2002), trata-se de um processo que permite estimular as capacidades das comunidades para que consigam suprir suas necessidades imediatas. Já na visão de Fischer (2002), o significado da expressão é resultado da combinação de alguns termos, por mais que pareçam contraditórios, quais sejam: estabilidade e transformação; inovação e permanência; e, por fim, competição e solidariedade.

Ao investigar as novas oportunidades que decorrem do desenvolvimento local, Amaro (1993) aponta o seguinte: é um processo de transformação centrado numa comunidade; parte da existência de necessidades não satisfeitas; segue uma lógica integrada; está focado no trabalho em parceria; causa impacto na comunidade como um todo; e actua em conformidade com uma variedade de possíveis caminhos e respostas às pessoas que vivem naquele território.

Llorens (2001) *apud* Fischer (2002: 19) defende o território como principal actor do desenvolvimento económico: deixa de ser visto como um mero espaço para cumprir seu papel como entorno inovador, sem desrespeitar as especificidades culturais e as relações existentes em cada local. Acselrad (2002), por sua vez, acredita numa transformação democratizante do espaço local, que significa o aumento da participação dos indivíduos: tentativa de reinserir os trabalhadores pouco qualificados e os cidadãos marginalizados. Este autor ainda faz referência a sinergias locais, alcançadas por meio de projectos concretos que vislumbrem o contexto territorial e o enraizamento dos actores.

Falou-se em espaço local, e é chegado o momento de traçar um paralelo com o espaço global, decorrente do fenómeno conhecido como globalização, o qual “ (...) representa a expansão a todo o mundo do movimento de bens, serviços, capitais, tecnologias e pessoas, à medida que os países se abrem a um contacto mais amplo” (Comissão Europeia 2003). Contudo, o conceito mais completo parece ser o de McGrew e Lewis et al., em que diversos alicerces da globalização são abordados. Os autores finalizam sua explicação com uma certa crítica de carácter social, como apresentado a seguir:

A globalização refere-se à multiplicidade de elos e interligações entre os Estados e as sociedades que constituem o actual sistema mundial. Descreve o processo pelo qual os eventos, as decisões e as actividades numa parte do mundo acabam por ter consequências significativas junto dos indivíduos e comunidades numa outra parte muito distante do globo. (...) Claro que a globalização não significa que o mundo esteja a tornar-se politicamente mais unido, economicamente interdependente ou culturalmente homogéneo. Tanto a sua extensão como intensidade são altamente

diferenciadas nas suas consequências (McGrew e Lewis et al. 1992: 22 *apud* Petrella 1996:85).

Constata-se que nem todos concordam com os autores acima em relação ao modo como o fenómeno atinge as pessoas: “globalização é o que devemos fazer se quisermos ser felizes, (...) é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível; (...) afecta a todos na mesma medida e da mesma maneira. Estamos todos a ser globalizados” (Bauman 1999: 7). Todavia, se o fenómeno realmente causasse impactos na mesma medida e da mesma maneira, será que as divergências socioeconómicas entre os países permaneceriam tão grandes? É o que se pretende salientar nos próximos parágrafos.

Vieira e Vieira (2002) reconhecem que existe uma mudança significativa na maneira como os espaços económicos são caracterizados. Eles ressaltam que, em nações mais pobres, convivem duas realidades, quais sejam: o lugar-global, incorporado à economia global; e o lugar-local, berço da herança histórica, desconectado dos processos de produção e de consumo da economia global. É deste lugar-local que “se projecta a percepção de realidades construídas no passado, modernizadas de acordo com os ritmos económicos e renovadas com os avanços culturais” (Vieira e Vieira 2002: 45). Logo, os autores admitem que a globalização vem influenciando a transformação de lugares-locais em lugares-globais.

Hamel (1998) *apud* Acselrad (2002: 41) entende que a globalização é capaz de promover pressão para aumentar a interface entre economias locais e mercado externo. Nesta mesma linha de raciocínio, Rosa (2002) expõe que vantagens locais bem trabalhadas podem contribuir para que haja um maior intercâmbio externo. Portanto, é uma maneira de evitar o isolamento das comunidades, podendo seus integrantes mostrar suas potencialidades àqueles que desconhecem determinados contextos locais.

Com base no que foi dito acima, talvez fosse mais apropriado chamar o fenómeno de “*glocalização*”, um termo criado por Roland Robertson (1995) *apud* Bauman (1999). Este novo conceito vem sendo utilizado para definir a rígida unidade entre as pressões globalizantes e locais ou, simplesmente, o modo como o homogéneo e o heterogéneo se entrelaçam na actual “era da compressão espaço-temporal” (Bauman 1999: 130). Verifica-se que o desafio, então, é manter os traços particulares das comunidades frente às informações vindas de outras culturas, muitas das quais possuem realidades extremamente distintas.

Não obstante a importância das relações entre espaço e tempo para a abordagem do desenvolvimento local, é preciso citar uma outra contribuição teórica para este tema. Neste sentido, Filho (2002) apresenta a noção de Economia Solidária, uma expressão criada pelos autores franceses Jean Louis Laville e Bernard Eme, que observaram emergir no contexto

Europeu da época uma série de práticas socioeconómicas locais. Tais práticas assumem, em sua maioria, a forma associativa – participação voluntária dos indivíduos – e pretendem resolver os problemas de exclusão social que existem no contexto local. O autor ainda destaca os objectivos da Economia Solidária, quais sejam: gerar empregos; aumentar a coesão social; e desenvolver actividades económicas com finalidades sociais.

Sabe-se que o desenvolvimento local não ocorre somente com a união dos indivíduos da comunidade, reunidos para a consecução de determinados fins. Segundo Lustosa (2002), é fundamental que haja o apoio das diferentes esferas do governo, por meio de acções e programas específicos, cujo foco deve ser o aumento da capacidade empreendedora da comunidade. Schommer (2002), por sua vez, mostra que também há espaço para que empresas actuem no campo social. A autora afirma que o empresário pode ser visto como um agente económico e social ao desenvolver programas cujas directrizes influenciem as comunidades e a própria cadeia produtiva, sem se afastar das estratégias globais de sua empresa. Essas condutas são certamente valorizadas pelos consumidores.

Filho (2002) nota que existe, cada vez mais, uma busca do consumo consciente. Ele aponta o comércio justo como um bom exemplo de tal prática, diante da sensibilização para se criar novas formas de relações económicas e comerciais entre produtores de nações mais pobres e consumidores de nações mais ricas. De acordo com este autor, as organizações de comércio justo possuem um papel de destaque no escoamento da produção de pequenos produtores; afinal, conseguem atrair novos mercados e garantir uma remuneração justa pela venda dos produtos, muitos dos quais são agrícolas ou artesanais. Será discutido, mais adiante, o modo pelo qual tais organizações podem actuar, no caso do município de Divina Pastora, para contribuir com o desenvolvimento local.

Considerando o que foi demonstrado até o momento e o potencial existente no contexto local, diz-se que “o tema do desenvolvimento local seria, assim, portador de uma mensagem dupla: a crise é global – ela vem do ‘alto’ – e a solução é local – ela virá ‘de baixo’” (Acselrad 2002: 43). Resta saber, todavia, se os actores estão bem articulados para alcançar a solução proposta, ou melhor, se suas capacidades estão plenamente expandidas a ponto de escolherem o que é melhor para si.

A fim de enriquecer ainda mais o referencial teórico, a seguir serão abordados alguns conceitos relacionados a formas de expressão sociocultural e o modo como as mesmas se inserem na economia, de modo a sustentar a actividade que é objecto do presente estudo.

1.3 Tradição, cultura e artesanato: costurando conceitos para justificar o trabalho com a renda irlandesa

Rendar a rede é como enredar histórias
Memórias guardadas
Nas águas do rio
Que correm e desaguam
No mar

Rendar a rede é como enredar histórias
No verso, no avesso
Das rendas, poemas
Escritos, são mitos
São lendas
Saudade de um tempo
Que o vento
Leva para o mar

A presente secção se inicia com a letra da música “Rendas”, de Denise Mendonça, reproduzida fonograficamente em *Marias Brasileiras: a arte do fio* (2010). Trata-se de uma obra musical que foi resultado do trabalho desenvolvido pela CIA Cirandeira, a companhia artística do Instituto de Arte TEAR. O TEAR é uma Organização Não Governamental – ONG cuja missão é promover o desenvolvimento humano por meio de educação e arte. Ao ler a letra da música acima, é possível inferir que render – ou desenvolver trabalhos manuais utilizando rendas – é um acto que está associado a palavras como histórias, memórias e lendas. Logo, essa actividade apresenta um forte apelo ao passado, às origens, à tradição.

Falar em tradição, nos tempos modernos, pode parecer uma tentativa de resgatar práticas sociais esquecidas, assoladas ou subestimadas pelo já explicado fenómeno conhecido como globalização. Tentativa ou não, o facto é que a abordagem mostra-se totalmente legítima, sobretudo para fazer as pessoas reflectirem sobre suas próprias origens e as razões pelas quais determinadas práticas conseguem sobreviver ao tempo e à modernidade. Se forem bem trabalhadas, as tradições poderão ajudar nos já mencionados processos de desenvolvimento humano e de desenvolvimento local.

Em 2008, o conceituado historiador Eric Hobsbawm resolve organizar uma obra que trata da invenção das tradições. Estas, segundo o autor, devem ser entendidas como o “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; (...) visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawm 2008: 9). Portanto, a tradição é vista como um traço marcante, e compreende um conjunto de valores praticamente indissociáveis das comunidades.

Cabe, agora, situar o modo de vida tradicional de determinados grupos de indivíduos em relação às inúmeras informações a que estão expostos, provenientes do mundo

globalizado. A tradição, de facto, consegue funcionar como uma espécie de blindagem sociocultural para as minorias? Como resposta a tal questão, pode-se dizer que a tradição representa “o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social” (Hobsbawm 2008: 10). Porém, abre-se espaço para outra pergunta, qual seja: a imutabilidade e a invariabilidade não correm o risco de engessar as pessoas que seguem a tradição de sua comunidade?

Ora, Hobsbawm (2008) alerta para a possibilidade de existir incompatibilidade entre uma determinada tradição e novos padrões sociais que tenham surgido de modo rápido e espontâneo entre os indivíduos. Assim, o autor assume que não há meios de sustentar o modo tradicional até então incrustado na sociedade, devendo-se inventar novas tradições. Esta seria, por conseguinte, uma forma de adaptação da colectividade às novas circunstâncias, bem como uma excepção à regra da imutabilidade e invariabilidade mencionada acima.

Por outro lado, é preocupante o facto de que “as tradições perdidas podem fazer muita falta. A extinção de antigos modos de vida pode causar angústia e um profundo senso de perda. É um pouco como a extinção de espécies de animais mais antigas” (Sen 2000: 276). Para minimizar essas perdas de tradições, sobretudo relativas à cultura, Irina Bokova (2010), directora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, sugere que haja maior diálogo entre as diferentes nações. Tal prática, segundo ela, serviria como força contrária às tendências de homogeneização do mundo e seria uma maneira de ouvir, também, as vozes de actores que desejam preservar sua cultura local⁵.

É oportuno conceituar a palavra cultura para melhor compreender sua importância na sociedade e, também, nesta investigação. O termo “é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Tylor 1871 *apud* Laraia 1997: 25). Com base em tal afirmação, é possível perceber o carácter educativo da cultura – é algo que se aprende e acaba por ser assimilado pelo indivíduo.

Como a sociedade passa por mudanças ao longo do tempo, o conceito de cultura também foi ampliado para incluir aspectos históricos. Diante deste facto, pode-se afirmar que “a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a acção criativa do indivíduo” (Kroeber 1949

⁵ É uma visão que se alinha ao que Sen (2000) constatou como um retorno à perspectiva das capacidades, tendo em vista que todos os indivíduos – independentemente de sua posição socioeconómica – deveriam exercer seu poder de decisão sobre a seguinte questão: o que deve e o que não deve ser preservado na comunidade, com relação a objectos e estilos de vida?

apud Laraia 1997: 50). Seguindo o ensinamento deste autor, nos parágrafos a seguir ficará demonstrado que, ao estimular a criatividade individual e somá-la à tradição e à cultura, os resultados são muitas vezes surpreendentes. É o caso do artesanato.

Deve-se, em primeiro lugar, deixar claro o significado de artesanato. É possível enxergar a actividade artesanal como resultado do “conjunto de práticas sociais e culturais materialmente presentes e que se reproduzem através do trabalho dos chamados artesãos” (Alvim 1983: 50). A fim de ampliar o conceito do termo, Lima (2005) diz que são produtos, essencialmente, feitos a mão e revelam o conhecimento, os valores, a cultura e o poder de criar do artesão. Este, por sua vez, está livre para decidir o ritmo que impõe à produção, a matéria-prima e a tecnologia a serem empregadas, bem como a forma do objecto de criação.

De acordo com D’Ávila (1983), o artesanato possui forte apelo pedagógico e de lazer, fazendo com que as pessoas consigam desenvolver novas habilidades. É, portanto, um meio de preservação da liberdade de expressão e da criatividade. Além disso, o autor acredita no potencial da actividade como uma forma de inserção socioeconómica, principalmente para absorver mão-de-obra ociosa e contribuir no processo de desenvolvimento. Como mesmo sintetizou o autor, “artesanato é produção humanizada e humanizante” (D’Ávila 1983: 170).

Criticamente, Lauer (1983) vai demonstrar preocupação diante da abordagem que tende a reduzir a actividade artesanal à satisfação das necessidades económicas. Ele ressalta que o aspecto cultural não pode ser esquecido, pois é extremamente rico e serve como elemento diferenciador dos povos. Caso contrário, corre-se o sério risco de ser iniciado um verdadeiro processo de homogeneização cultural que, ao longo do tempo, descaracterizaria o artesanato, além de aniquilar tradições e valores incrustados nas comunidades.

No que diz respeito à figura do artesão, Vives (1983) explica que se trata do intérprete das técnicas do saber fazer, repassadas por diferentes gerações; soma-se a isso o facto de conhecer muito bem o meio em que vive, de onde pode extrair correctamente a matéria-prima usada no artesanato. Ela também acredita que, mesmo dominando as técnicas tradicionais, nada impede que o artesão se adapte a novas circunstâncias, sobretudo com relação a testar novos materiais. Logo, é um agente que está aberto a inovações. A autora destaca que a preocupação em inovar pode trazer consequências graves. Uma delas é o perigo do artesão querer se tornar um artista – troca do anonimato pela fama – e, assim, comprometer o elo com sua própria cultura.

Quanto a aceitar ou não inovações, existem duas perspectivas analíticas do artesanato: a tradicionalista e a mercadológica. A primeira “entende ser o artesanato uma arte de fazer tradicional que deve ser preservada mediante a manutenção dos lastros sociais nos

quais são produzidos”; em contraposição, a segunda “defende certas inovações estéticas na produção artesanal como meio de inseri-lo no mercado e assegurar sua reprodutibilidade, ainda que em um estado alterado da tradição” (Leite 2005: 28). O autor não demonstra satisfação com a perspectiva tradicionalista, pois esta tende a reproduzir a situação de pobreza e exclusão social. Ele traça outro ponto negativo da preservação total da tradição, que é o perigo de extinção do produto artesanal quando deixa de ser aceito pelos consumidores, e ao qual não se incorpora nenhuma inovação.

Rugiero (2002) acredita na necessidade de inovar, desde que se mantenha a autenticidade do artesanato. Costa (2002) concorda com tal opinião e acrescenta que existe uma grande diferença entre interferir no trabalho e estimular a criatividade do artesão. Ela explica que a interferência acaba por descaracterizar o objecto, enquanto o estímulo valoriza a actividade e as pessoas envolvidas no processo produtivo. A autora acha que profissionais como arquitectos, decoradores e *designers* são importantes disseminadores da cultura artesanal para o grande público. Todavia, é fundamental que seja sempre mencionado o nome do artesão para que se conheça o legítimo criador do produto. Fraga (2007), por outro lado, enxerga muito potencial no estímulo vindo de estilistas, já que podem ajudar a ressurgir o artesanato na criação de novas maneiras de vestir.

A venda de produtos artesanais é um meio de subsistência para os artesãos e seus familiares. Porém, a maneira como o artesanato é assimilado pelos consumidores é uma preocupação revelada por Lima (2002), que reconhece a dificuldade em definir o gosto das pessoas. É algo extremamente subjectivo e transitório, pois segue modismos e tendências que mudam a todo instante. Por isso, vincular a criatividade do artesão somente às preferências do consumidor é uma atitude que esvazia a riqueza cultural presente no objecto, prejudicando sua originalidade. Ainda de acordo com o mesmo autor, é importante educar o mercado a fim de se criar um público para produtos artesanais; e haver uma política de gestão do artesanato que busque soluções para corrigir falhas que estejam comprometendo o uso dos produtos. É ressaltado que um objecto com funcionalidade bem resolvida se torna um item atemporal.

A fim de tornar mais funcional determinado produto, não há como deixar de mencionar o *design* que, segundo Borges (2007), pode contribuir positivamente para melhorar as condições socioeconómicas dos artesãos; aumentar o padrão de qualidade dos produtos; propagar a utilização de materiais locais; e reforçar a identidade do objecto artesanal. Sobre este último, a autora destaca a importância que também merece ser dada ao *design* gráfico, ao *design* das embalagens e ao *design* do local de venda dos produtos. Ela acredita que a

interface entre *design* e artesanato ajuda a mudar “a face do país e a vida das pessoas” (Borges 2007: 42). Mas será que tais mudanças já podem ser vistas na sociedade?

Infelizmente, de acordo com as revelações de Vives (1983), é comum que os artesãos desenvolvam actividades paralelas; e, na maior parte dos casos, tais actividades são consideradas principais na economia familiar. Desta forma, o desafio é tornar o trabalho com artesanato o meio principal de subsistência. A autora, inclusive, alerta para o facto de que as novas gerações estão cada vez mais desinteressadas em aprender as técnicas de elaboração de produtos artesanais. E isso se explica com os preços do artesanato, que não atingem as expectativas de jovens em busca de melhores condições de vida. A atractividade de novos profissionais para este ramo de actividade só ocorre, segundo a mesma autora, por meio de valorização do produto, disseminação do conhecimento e busca de novos mercados.

Sobre valorizar o produto e buscar novos mercados, Zanetti (2007) argumenta que o artesão precisa ser, também, um vendedor. E, para atingir tal objectivo, o criador do artesanato deve assimilar a astúcia e a malícia das relações comerciais; afinal, “ (...) o consumidor final ficou mais esperto, sabe mais, tem mais opção e mais coisas para comprar. Não existe mais fidelidade, por isso é preciso buscar diferenciais, sempre” (Zanetti 2007: 17). O autor entende que, muitas vezes, o diferencial está na comunicação, na maneira como uma determinada história é contada. E tal tarefa não parece ser difícil para os artesãos, já que seus produtos revelam tradições e histórias. Logo, contar uma história, mesmo que inventada, agrega valor ao artesanato e pode atrair o interesse de quem procura originalidade no produto.

No caso de determinado objecto artesanal agradar cada vez mais o gosto dos consumidores, como lidar com o aumento da procura? O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, ao elaborar o termo de referência para seus projectos relacionados ao desenvolvimento do artesanato no país, destaca a importância da organização colectiva dos artesãos (Mascêne 2010). A produção vai atingir melhores resultados com as práticas de associativismo e cooperativismo. Existem, também, outros meios para melhorar a infraestrutura, quais sejam: “oficinas experimentais de produção, unidades de processamento e beneficiamento de matéria-prima, central de comercialização, centro de treinamento e capacitação e oficinas de inovação e *design*” (Mascêne 2010: 46).

Com base em tudo o que foi mencionado sobre artesanato, parece que o maior problema está na sustentabilidade da actividade, cujo fomento é considerado contraditório: “deseja incrementar o comércio e, ao mesmo tempo, manter a ‘pureza’ das formas; quer aumentar a produção e, ao mesmo tempo, manter o sentido original de qualidade; procura modificar o processo produtivo, mas advoga pela manutenção dos valores tradicionais”

(Lauer 1983: 56). Talvez fosse adequado utilizar o já explicado conceito de desenvolvimento humano para tentar diminuir essas contradições. Afinal, estaria nas mãos dos artesãos o poder de decisão sobre o que acreditam ser melhor para si e, também, para a continuidade – ou não – do seu trabalho artesanal.

Realizadas as considerações a respeito de cultura, tradição e artesanato, cabe relatar, a seguir, outros aspectos relevantes para o objecto principal do estudo, qual seja: a renda irlandesa do município de Divina Pastora.

1.4 Beleza e destreza na produção de renda irlandesa

É oportuno, de início, trazer a seguinte constatação do trabalho manual e artesanal com renda:

Dos aparelhos indispensáveis para a arte da renda no nordeste brasileiro o mais importante são as mãos da rendeira: não as mãos materiais, com os dez dedos, do mindinho ao cata-piolho, mas as mãos inteligentes, dominadas pela consciência de haver de realizar um trabalho caprichoso e capaz de ser elogiado (Oiticica 1967: 31-32).

Ocorre que consciência é algo que se constrói ao longo do tempo. Não adianta dizer para as rendeiras que suas peças artesanais são de muito bom gosto, se elas não conseguem ganhos satisfatórios com a venda das mesmas. E, na região nordeste, muitas mulheres costumam ocupar a maior parte do dia realizando afazeres domésticos: cuidam da casa e dos filhos, preparam as refeições diárias e, somente no tempo livre, conseguem fazer suas rendas. Vistas como trabalhadoras dedicadas ao ofício, a maioria sonha com a carteira de trabalho assinada e o salário mensal (Maia 1981).

A renda irlandesa é classificada como renda de agulha (Becker 1955 *apud* Dantas 2004: 71). De acordo com Cedran (1979), a renda de agulha sempre teve como base o bordado; o desenho é feito em papel de linho, alinhavado sobre o tecido, devendo o bordado se iniciar no centro e daí se expandir para o restante da peça. Mas quais são as possíveis origens deste trabalho artesanal, representado na figura a seguir, que utiliza linhas, agulhas e mãos habilidosas?



Figura 3. Artesã em seu trabalho com renda irlandesa
(Fonte: acervo fotográfico pessoal)

Parece que é um verdadeiro desafio conhecer os motivos pelos quais, em Divina Pastora, as mulheres trabalham com renda irlandesa. Cedran (1979) conta que este tipo de renda tem origem em Milão, na Itália; entretanto, não existem registros das razões pelas quais o nome foi modificado, em Divina Pastora, passando-se a fazer referência à Irlanda. Há relatos que dizem respeito “às mudanças que se seguem à Revolução Industrial e ao papel desempenhado por freiras na educação feminina no Brasil, na qual se incluíam rendas e bordados” (Maia 1981 *apud* Dantas 2001: 14).

Dantas (2001) interpreta o contexto de introdução da cultura de renda irlandesa em Divina Pastora, ocorrida no início do século XX: trata-se de uma época cujas diferenças sociais eram bem marcantes. As mulheres que integravam a aristocracia da cana dominavam as técnicas dos trabalhos de agulha e repassavam este conhecimento às de origem mais humilde que, migradas das áreas rurais e dos engenhos, conseguiam adquirir uma interface com as camadas mais altas da sociedade. Com o tempo, as aprendizas ficavam responsáveis por desenvolver os trabalhos manuais com rendas e bordados, sob encomenda.

Ainda com relação ao modo como as mulheres do município investigado assimilaram um conhecimento estranho à realidade em que viviam, torna-se relevante citar o seguinte pensamento: “É curioso observar como na pequena Divina Pastora, isolada dos centros urbanos, com poucos recursos e meios de comunicação limitados, essa manifestação do artesanato europeu se transformou, adquirindo características locais, peculiares” (Cedran 1979: 6). Logo, não foi simplesmente reproduzir o saber fazer vindo da Europa, mas adequá-lo ao contexto da época numa região do país que passou a reinventar as próprias tradições.

A versão hegemónica sobre a disseminação da arte de rendar em Divina Pastora remonta a três irmãs – Marocas, Sinhá e Dina – que aprenderam o ofício e teriam repassado as técnicas para outras mulheres do município (Cedran 1979 *apud* Dantas 2001: 16; Dantas 2005). Como se vê, a oralidade está presente na transmissão deste conhecimento através de diferentes gerações, demonstrando-se o elo que existe entre mestras e aprendizas.

No que se refere às técnicas, Dantas (2004) expõe que a renda irlandesa tem como característica peculiar o traçado sinuoso, motivos predominantemente florais, o uso da linha *mercer crochet* e do lacê – um cordão sedoso que confere relevo e beleza à renda. No entanto, há muitas artesãs que reclamam dos altos custos da matéria-prima no mercado e, ainda, dos problemas de abastecimento⁶, o que pode comprometer sua produção e suas aspirações futuras em relação à permanência na actividade (Dantas 2001). A rendeira cumpre as seguintes etapas para produzir uma peça:

Risca o desenho a ser elaborado no papel de seda;
Cola o papel de seda em um papel grosso;
Alinhava o lacê ou fitilho no papel, seguindo as formas do desenho;
Fixa o papel com o lacê já alinhavado em pequena almofada ou travesseiro;
Usa a agulha e linha para, com pontos diferentes e ornamentais, preencher os vazios do desenho, interligando as formas contornadas com lacê ou fitilho;
A renda é feita de maneira que o direito fica para dentro; o exposto no papel é o avesso;
Ao terminar é retirado o papel;
Finalmente, a peça é engomada ou passada a ferro (Maia 1981: 30).

Cedran (1979) lembra que sujeira e manchas acabam comprometendo a cor e a beleza da peça artesanal de renda irlandesa. Assim, para garantir bons resultados na execução do trabalho, atenção a todo instante e higiene das mãos são indispensáveis. Na opinião de Dantas (2001), a atenção já começa no momento do risco ou debuxo. Trata-se do desenho que vai nortear a peça a ser elaborada, sendo que nem todas as rendeiras possuem habilidade para criar desenhos. De modo a insistir na importância desta fase inicial do processo produtivo, a autora diz o seguinte: “Sem risco não há renda. O risco dá os rumos, orienta, estabelece caminhos a serem seguidos” (Dantas 2001: 25).

Os pontos, por sua vez, são feitos com linha e agulha; servem para preencher os espaços e dar forma ao produto feito de renda irlandesa; recebem nomes diversos, fazendo referência a animais e vegetais que integram a realidade das artesãs (Cedran 1979; Maia 1981;

⁶ A única empresa fornecedora de lacê no país está localizada em Nova Friburgo, uma cidade que pertence ao estado do Rio de Janeiro. Ocorre que os negócios apresentaram dificuldades na década de 80, a gestão passou aos empregados e os anos de transição foram de muita instabilidade na produção do material, considerado fundamental para dar continuidade ao trabalho das mulheres rendeiras de Divina Pastora (Dantas 2004).

Dantas 2001). Na próxima figura, é possível conhecer os pontos usados neste tipo de renda encontrada em Divina Pastora:

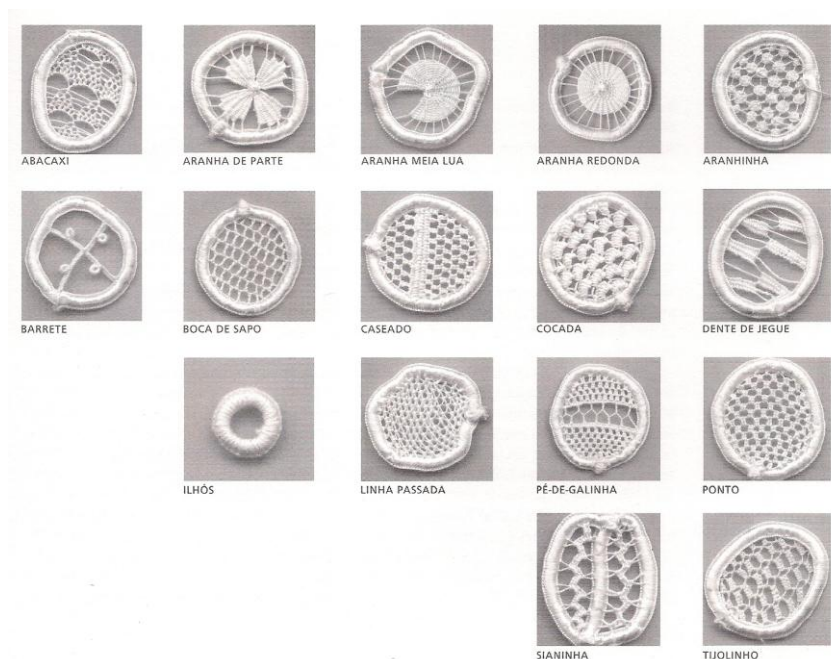


Figura 4. Identificação dos diferentes pontos usados na renda irlandesa
(Fonte: Dantas 2001: 27)

De acordo com o que foi visto até aqui, rendar representa o modo de dar continuidade à tradição adquirida; segundo Dantas (2005), é um meio de ajudar nas despesas familiares, além de ser um passatempo e uma forma de socialização entre as mulheres. As rendeiras do município em estudo são capazes de realizar belos trabalhos que resultam da união dos pontos à elegância e suavidade do lacê, conforme se destaca na figura subsequente:



Figura 5. Destaque dos pontos e do lacê em peça de renda irlandesa
(Fonte: acervo fotográfico pessoal)

Quanto à transmissão do conhecimento, Dantas (2004) percebe que as artesãs se organizam de acordo com linhas de parentesco, de vizinhança e de aprendizado do ofício. Esta última se caracteriza pela relação duradoura entre mestras e aprendizas: basicamente, as rendeiras mais experientes ficam responsáveis por ensinar as técnicas às iniciantes. Em outra obra, Dantas (2005) revela que o fluxo do conhecimento nem sempre segue a lógica etária, das rendeiras de mais idade para as de menos idade. A autora verifica que também é muito comum as mais jovens aprenderem o ofício com suas primas e irmãs. E cita, ainda, que é possível que as filhas ensinem este tipo de artesanato às mães. Infere-se, portanto, a existência de transmissão intrageracional e intergeracional do conhecimento.

A renda irlandesa é a actividade artesanal predominante no município de Divina Pastora, sendo desenvolvida por mais de uma centena de mulheres de diversas idades. Sobretudo nas décadas de 70 e 80, foram implementadas uma série de políticas públicas de apoio e fomento ao artesanato local, o que permitiu às rendeiras conquistarem novos mercados⁷. Todavia, na década seguinte, as artesãs enfrentam um decréscimo na quantidade de encomendas. Isso se explica diante do fechamento da loja que funcionava no Centro de Comercialização de Artesanato em Aracaju (Dantas 2005). Como seria possível, então, reverter este quadro socioeconómico?

Devido às dificuldades, de 2000 a 2001, a instituição sem fins lucrativos chamada Artesanato Solidário implementa um projecto⁸ de apoio ao artesanato para organizar as rendeiras e gerar maiores rendimentos a essas mulheres e suas famílias, sem esquecer as tradições locais nem a qualidade dos produtos (Dantas 2004). Quanto à referida instituição, Sampaio (2004) informa que o foco de actuação é fortalecer as comunidades que trabalham com artesanato – constata-se que das 70 comunidades beneficiadas com o projecto, 17 desenvolvem peças artesanais de rendas e bordados. A autora acredita que o primeiro passo é incentivar a transmissão do conhecimento; o segundo é fornecer matéria-prima aos artesãos para iniciar a produção; e por fim, manter oficinas de instrução e capacitação profissional.

Verifica-se que as directrizes seguidas pelo Artesanato Solidário, no projecto em benefício da comunidade em estudo, estão devidamente alinhadas com a infraestrutura de apoio ao artesanato – presente no termo de referência para os projectos do SEBRAE, que já

⁷ O aumento da procura gera a necessidade de estabelecer novas relações de trabalho: tendo em vista os prazos mais curtos na entrega do produto final, torna-se comum dividir a execução das peças maiores entre um pequeno grupo de rendeiras. Juntas, com o propósito de entregar a encomenda sem atrasos ao cliente, as rendeiras conseguem produzir em menos tempo – se comparado ao tempo que levaria uma rendeira para produzir a peça inteira. Ao final, cada parte é emendada de modo a formar a peça única que será vendida (Dantas 2005).

⁸ Segundo Dantas (2005), o Artesanato Solidário conseguiu traçar o perfil das rendeiras de Divina Pastora, o qual inclui um elevado percentual de mulheres jovens: 57% das rendeiras está na faixa etária de 25 a 44 anos.

foi mencionado nesta dissertação. Dantas (2004) enumera alguns resultados do projecto: a criação da associação de artesãs conhecida como ASDEREN; e o maior alcance do trabalho com renda irlandesa, já que as associadas passam a divulgar suas peças artesanais em feiras e exposições. Afinal, Dantas (2005) vai dizer que, se houver clientes interessados em comprar peças de renda irlandesa, haverá rendeiras para realizar o trabalho – nada mais é do que a sustentabilidade da actividade.

Uma medida adoptada para ajudar no processo de sustentabilidade do trabalho artesanal das mulheres de Divina Pastora foi a inclusão do modo de fazer a renda irlandesa, tendo como referência as peças produzidas pelas artesãs do município de Divina Pastora, no Livro de Registo dos Saberes do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e, consequentemente, o reconhecimento de tal ofício como Património Cultural do Brasil (IPHAN 2009). Mas o que, de facto, significa este título?

Equivale, resumidamente, a aprofundar o conhecimento sobre a história e a trajectória da expressão cultural em foco, sobre as condições sociais, materiais e ambientais que propiciam sua existência e a diagnosticar os problemas que comprometem sua continuidade e reprodução. (...) é o “retrato” de um momento e deve ser refeito após dez anos do reconhecimento oficial. O objectivo é acompanhar as transformações ocorridas no bem ou no contexto que viabiliza sua existência (...) (Sant’Anna 2010: 45).

Afirma-se, ainda, que o património cultural “reconhece, guarda, reúne e disponibiliza continuamente as realizações de todos os que nasceram, vivem ou viveram no território chamado Brasil” (Filho 2010: 54). É interessante trazer, também, a contribuição dada por Sant’Anna (2010) sobre o Decreto n. 3.551/2000. Segundo ela, a referida norma dispõe que “o património cultural imaterial se manifesta por meio dos saberes e modos de fazer, das celebrações, das formas de expressão e dos lugares de concentração de práticas culturais colectivas” (Sant’Anna 2010: 45). A autora acrescenta que a salvaguarda deste tipo de património é importante e só ocorre se houver a participação das pessoas envolvidas nas práticas culturais. Os planos de salvaguarda são vistos como formas de apoio e fomento.

Em Divina Pastora, as rendeiras são as responsáveis pela disseminação do ofício protegido pelo IPHAN desde 2009. Em Maio de 2011, a ASDEREN promoveu na cidade um desfile de moda que marcou o término do Projecto Escola e Oficina de Moda, Criação, Capacitação e Desenvolvimento da Renda Irlandesa de Divina Pastora. O evento contou com a participação da população local e de integrantes das diferentes instituições que contribuíram com a concretização do projecto. Além disso, a iniciativa representa um passo para formalizar o Plano de Salvaguarda do Ofício da Renda Irlandesa, ainda em processo de elaboração e discussão pelo Conselho Consultivo da Renda Irlandesa (IPHAN 2011).

De acordo com informações da Secretaria de Turismo do Estado de Sergipe (2011), o título de Patrimônio Cultural do Brasil, conferido ao modo de fazer renda irlandesa, está gerando impactos positivos em Divina Pastora, sobretudo no que se refere ao aumento de turistas. As pessoas querem conhecer o produto local, como o representado na figura abaixo:



Figura 6. Peça de renda irlandesa
(Fonte: acervo fotográfico pessoal)

1.5 Linhas e pontos sobre indicação geográfica

Convém, agora, fazer menção a uma outra possibilidade de protecção do artesanato em renda irlandesa, feito pelas mulheres de Divina Pastora. É a chamada indicação geográfica. Conforme se depreende do título do presente trabalho, deseja-se saber se a indicação geográfica é uma alternativa para o desenvolvimento socioeconómico e humano da comunidade envolvida na produção das peças de renda irlandesa. Todavia, a primeira questão que surge é a seguinte: o que é uma indicação geográfica?

Battistelli (2005) diz que a indicação geográfica é uma ferramenta a serviço do crescimento económico de determinadas zonas geográficas; uma garantia de qualidade e autenticidade dos produtos; bem como um direito colectivo cuja defesa cabe ao próprio país ou ao conjunto de produtores. Rodrigues e Menezes (2000) revelam que a indicação

geográfica tem natureza abstracta, incorpórea e imaterial. Na opinião destes autores, o objecto do direito recai sobre o topónimo⁹, que tem carácter eminentemente público.

Ao investigar o sistema de protecção no Brasil, Vilela (2008) mostra que a indicação geográfica só começa a ser efectivamente protegida no país a partir da promulgação da Lei n. 9.279/96, que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. O assunto é tratado nos artigos 176 a 182 da referida norma. A autora explica que o legislador resolveu dividir a indicação geográfica em duas modalidades: a indicação de procedência e a denominação de origem. A indicação de procedência é o nome geográfico de um país, cidade, região ou localidade que se tornou conhecido como centro de produção, fabricação ou extracção de certo produto ou prestação de um serviço específico. A denominação de origem se define pelo nome geográfico de um país, cidade, região ou localidade que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusivamente ao meio geográfico, incluídos factores naturais e humanos. Portanto, o que diferencia uma modalidade da outra são os aspectos de qualidade do produto ou serviço.

Ascensão (2009), quando trata das indicações geográficas nos países em desenvolvimento, não esquece de mencionar o caso brasileiro. De acordo com o autor, a Lei n. 9.279/96 estabelece que o órgão competente para analisar os pedidos de registo de uma determinada indicação geográfica no Brasil é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI. A mesma lei determina que as condições de registo devem ser elaboradas pelo INPI, o que foi concretizado por meio do Ato Normativo n. 143/97 e da Resolução n. 75/2000.

Quanto aos titulares de uma indicação geográfica, Rodrigues e Menezes (2000) relatam que, no caso da indicação de procedência, são todos os produtores ou prestadores de serviço que forem estabelecidos na região demarcada; e na denominação de origem há a mesma ideia de titularidade presente na indicação de procedência, com a diferença da importância de que sejam atendidos os requisitos de qualidade. No entendimento de Lages e Braga (2005), o carácter colectivo da titularidade se explica pela vontade compartilhada pelo grupo de produtores ou prestadores de serviço em defender seus produtos e serviços, que são inconfundíveis. E os mesmos autores acrescentam que essa vontade se perpetua graças ao

⁹ “Nome que designa, geograficamente, país, cidade, região ou localidade de um determinado território e sobre a representação gráfica, figurativa e geográfica desse território, enquanto indicativos da verdadeira origem de produtos ou serviços” (Rodrigues e Menezes 2000: 17).

respeito às regras de produção, que estão presentes no regulamento de uso da indicação geográfica¹⁰.

É fundamental perceber que “toda localização geográfica é única. Nenhuma região se repete” (Ascensão 2009: 113). Dito isto, torna-se oportuno trazer a constatação de Almeida (1999), ao verificar a existência de produtos únicos e originais que são relacionados a um território delimitado. Este autor infere que, nestes casos, a indicação geográfica cumpre seu papel ao ser um sinal distintivo utilizado por empresários e/ou produtores como meio de proteger, de afirmar e de estender a actividade, bem como a relação com os consumidores.

A origem acaba por se tornar uma forma de mostrar aos consumidores a “credibilidade dos produtos ou serviços, estando associada à cultura, tradição e história de uma região” (Locatelli 2007: 235). O desafio é manter a tradição sem perder a qualidade na elaboração dos produtos ou na prestação dos serviços. Fróes (2002) defende que a denominação de origem, por agregar como requisito a qualidade do produto ou serviço, é considerada a modalidade de indicação geográfica com maior valor económico.

Um dos pontos mais relevantes para a temática das indicações geográficas é o momento oportuno para se realizar o registo; afinal há o risco de que o nome geográfico venha a se tornar genérico, confundindo-se com o próprio produto ou serviço. Este é o caso brasileiro do queijo de minas que, originalmente, começou a ser produzido no estado de Minas Gerais. Como não houve, à época, uma preocupação dos primeiros produtores em agregar o saber fazer ao estado de origem, localizado na região sudeste do Brasil, este queijo pode ser feito, hoje em dia, em qualquer parte do país e leva o nome de queijo de minas. Não existe, portanto, a indicação geográfica para o referido produto (Souza 2004; Vilela 2008).

Conforme verificado acima, evitar que o nome geográfico se torne genérico é um modo de vislumbrar uma possível indicação geográfica para o produto ou serviço, estando presentes os requisitos legais. E alinhada a esta ideia encontra-se Vilela (2008), ao reconhecer que as indicações geográficas também possuem aspectos relacionados ao desenvolvimento. A autora confirma que surge uma maior preocupação em proteger indicações geográficas a partir do momento em que se dá uma espécie de reacção local aos movimentos de

¹⁰ Rangnekar (2009) ressalta que, mesmo uma indicação geográfica tendo sido registada por um grupo de produtores, o conhecimento referente à produção é mantido no domínio público. Isso significa dizer que os demais produtores, localizados na mesma região, poderão continuar a se utilizar do saber fazer. Todavia, por não seguirem as regras definidas pelos titulares, ficarão proibidos de usar a indicação geográfica em seus produtos.

industrialização e globalização da produção. Estes movimentos põem em risco os pequenos produtores, sobretudo de países em desenvolvimento, que, em sua maioria, utilizam técnicas tradicionais e artesanais para realizar suas actividades.

Partindo-se de uma perspectiva mais crítica, Ascensão (2009) acredita que o sistema de protecção dos direitos relativos à propriedade industrial – aqui incluídas as indicações geográficas – não foi estruturado para atender as necessidades dos países em desenvolvimento. Ocorre que as nações menos desenvolvidas precisam concentrar esforços a fim de buscar uma maior inserção no referido sistema. É o caso da possibilidade de atribuir indicações geográficas, também, a serviços. Isso é o que diz a lei brasileira. Porém, o mesmo autor alerta que a qualidade dos serviços nos países em desenvolvimento ainda não apresenta a mesma visibilidade que os produtos. Na verdade, esses países estão mais interessados em proteger e valorizar seus bens, muitos dos quais são considerados únicos e originais.

Almeida (1999), por sua vez, entende que a oferta de produtos diferenciados, com qualidade e vinculados a um determinado nome geográfico encoraja os produtores a exigir um preço mais elevado. Essa diferença no preço do produto que possui indicação geográfica é, na visão de Locatelli (2007), uma possibilidade de fomentar o desenvolvimento económico em sectores específicos das nações menos desenvolvidas. Em outras palavras, isso significa que é possível utilizar-se dos benefícios económicos resultantes da protecção por meio de indicações geográficas.

No que se refere ao valor acrescentado dos produtos com indicação geográfica, em 2004, consumidores da União Europeia foram interrogados e cerca de 40% do grupo informaram que estão dispostos a pagar 10% a mais por um produto que tenha sua origem garantida (Souza 2004; Battistelli 2005). É interessante notar que, em França, um queijo identificado por indicação geográfica chega a ser vendido, em média, por um preço dois Euros mais caro (Souza 2004) ou 30% mais caro (Battistelli 2005) que os demais. Assim, infere-se que há um mercado para os produtos protegidos por indicação geográfica: as pessoas costumam pagar um valor superior pelo saber fazer vinculado a determinada região, cujo produto se destaca dos demais.

Uma questão parece bastante oportuna, qual seja: para que proteger produtos ou serviços por meio de indicações geográficas? Vilela (2008) apresenta uma possível resposta quando sustenta que a protecção existe para evitar a usurpação do nome geográfico por parte de terceiros que não estão localizados na área delimitada, o que poderia causar confusão aos consumidores. Além disso, a autora mostra que a usurpação por terceiros gera o comprometimento das vendas dos produtos ou da prestação dos serviços daqueles que são os

reais titulares da indicação geográfica. Souza (2004) acrescenta que os países em desenvolvimento são os que mais possuem dificuldades para coibir que terceiros se utilizem de suas indicações geográficas¹¹.

A protecção do nome geográfico, segundo Soeiro (2005), funciona como uma verdadeira alavanca para o desenvolvimento da região, tendo em vista que decorrem várias acções positivas. Entre elas podem-se destacar as seguintes: promoção de produtos oriundos de zonas desfavorecidas; melhoria dos rendimentos dos produtores; fixação das populações em seus locais de origem; respeito dos consumidores; e privilégio da qualidade em detrimento da quantidade. A autora aponta, ainda, que as indicações geográficas podem beneficiar o local delimitado e os consumidores. Ao nível local, verifica-se que uma indicação geográfica gera postos de trabalho qualificados e garante a sobrevivência das gerações actuais e futuras. Em relação aos consumidores, os benefícios estão na manutenção da qualidade dos produtos com origem comprovada e na singularização frente a produtos correntes no mercado globalizado.

Vilela (2008) considera que, com a produção restrita a uma área geográfica demarcada e protegida, as pequenas e médias empresas especializadas em produtos locais e tradicionais correm menos risco de serem afectadas por grandes corporações multinacionais que oferecem produtos padronizados e dispostos a atender as necessidades dos consumidores¹². Os produtores locais, por meio de seus produtos diferenciados, de qualidade e identificados com indicação geográfica, conseguem obter um preço a mais no mercado. Portanto, há benefícios também para os produtores. A autora relata que a indicação geográfica é importante para proteger, ainda, o saber fazer porque o produto e seu local de produção passam a ser relacionados à geografia e à cultura¹³.

Promover as indicações geográficas causa impactos consideráveis na região protegida, tais como desenvolvimento da economia e do turismo local (Battistelli 2005; Ascensão 2009; Vittori 2010); valorização das propriedades e imóveis localizados na área delimitada (Battistelli 2005; Kakuta et al. 2006); e possibilidade de inserção do produto no

¹¹ Este entendimento vai sustentar o que já foi dito por Ascensão (2009) sobre o sistema de protecção dos direitos relativos à propriedade industrial: não foi estruturado para atender as necessidades dos países em desenvolvimento.

¹² Sobre a protecção dos pequenos e médios produtores frente às grandes corporações, quando aqueles detêm uma indicação geográfica, ver também Bowen (2010).

¹³ O saber fazer, considerado tradicional, pode ser protegido por indicação geográfica e representar uma ferramenta para defender os interesses das comunidades locais. Todavia, é preciso atentar para que a protecção conferida não venha a descaracterizar os aspectos culturais e sociais dos detentores (Adiers 2002). Quando se trata de proteger o saber fazer por meio de indicação geográfica, Battistelli (2005) entende que devem ser incluídas as diversas formas de artesanato.

mercado internacional (Kakuta et al. 2006; Locatelli 2007). Logo, é possível perceber que alguns autores reconhecem que as indicações geográficas permitem a valorização do produto, do local de origem e das pessoas envolvidas na produção. A pergunta que se faz, oportunamente, é a seguinte: como tal sucesso consegue ser obtido?

Segundo Locatelli (2007), para que melhor sejam aproveitados os benefícios do sistema de protecção por indicações geográficas, é fundamental haver uma efectiva protecção jurídica aos titulares e consumidores, tanto no contexto nacional quanto no internacional. A autora também acredita na importância do apoio de instituições para buscar as potenciais indicações geográficas no país, prover informações aos produtores e incentivar a mobilização dos mesmos. Ascensão (2009) divide este mesmo entendimento quando expõe que o surgimento de uma indicação geográfica depende de estruturação interna, do ponto de vista normativo e organizativo.

Há uma preocupação por parte de Rodrigues e Menezes (2000), quando revelam que a matéria ainda não é de pleno conhecimento de muitos produtores e prestadores de serviço. Isso se explica diante dos poucos pedidos de indicação geográfica existentes à época. Os autores destacam que não havia, no Brasil, uma cultura de protecção dos produtos e serviços nacionais por meio do reconhecimento oficial das indicações geográficas. Eles vão relatar, também, que é fundamental saber delimitar com precisão o local a ser protegido pela indicação geográfica e atentar para que o nome geográfico não se tenha tornado um termo genérico ou descritivo do produto ou serviço.

Lages e Braga (2005) reconhecem que, para evitar a banalização do uso de nomes geográficos para qualquer produto ou serviço, é necessário haver, também, maior interface entre os órgãos que possuem papel relevante em matéria de indicações geográficas no Brasil. Os autores destacam alguns deles, quais sejam: os já mencionados INPI e IPHAN, além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Neste sentido, Souza (2004) vai acrescentar que parcerias entre o empresariado, os órgãos classistas e o próprio governo são consideradas boas estratégias para o fomento das potenciais indicações geográficas no país.

É interessante notar a existência de um processo sinérgico, colectivo e participativo quando a qualidade dos produtos é remetida a determinado local de origem. Chega-se a esboçar um verdadeiro círculo virtuoso, que se caracteriza pela divisão nas cinco partes a seguir (Vandecandelaere et al. 2009):

1ª) Identificação da relação do produto com seu território de origem e com as pessoas envolvidas na produção;

2ª) Qualificação do produto por meio de regras de valorização e de preservação dos recursos locais, quais sejam naturais e humanos;

3ª) Remuneração do produto relacionada a estratégias de *marketing* e a gestão do sistema local, de modo a cobrir os custos de produção e garantir uma margem de lucro;

4ª) Reprodução dos recursos locais, incluindo-se preservação e renovação, para garantir a sustentabilidade da actividade;

5ª) Apoio dos actores públicos em quaisquer etapas do círculo, por meio de políticas públicas e parcerias institucionais.

No que se refere ao Brasil, parece que uma região vem conseguindo êxito em todas as fases do círculo virtuoso: é o Vale dos Vinhedos, localizado no estado do Rio Grande do Sul, que foi a primeira indicação geográfica do país concedida pelo INPI. A modalidade de indicação geográfica requerida, à época, foi a indicação de procedência. Em 2002, houve o reconhecimento da tradição na produção de vinhos finos de qualidade no Vale dos Vinhedos. Os produtores dos vinhos, que passaram a ser titulares da indicação de procedência, formaram uma associação que no regulamento de uso definia as condições necessárias para garantir a qualidade do produto. Houve alguns ganhos para a região, tais como: maior aceitação de seus vinhos no mercado interno; geração de empregos, permitindo a fixação da população rural; aumento dos rendimentos; valorização imobiliária; e desenvolvimento de actividades lucrativas como o turismo e a gastronomia (Tonietto e Milan *apud* Locatelli 2007: 238-239).

Como esta dissertação tem por objecto um produto do artesanato brasileiro, é importante dizer que o país ainda não possui tradição no reconhecimento de indicações geográficas neste segmento de mercado¹⁴. Em contraposição, o mesmo não ocorre na Índia: em estudo realizado por Das (2009) sobre as implicações socioeconómicas das indicações geográficas naquele país, verificou-se que até Agosto de 2009, das 106 indicações geográficas registadas, havia 73 registos para identificar produtos de artesanato. Isso equivale a cerca de 69% das indicações geográficas indianas, o que comprova a importância dada pelo povo à protecção do saber fazer artesanal, repassado por gerações e vinculado a um local de origem.

Ainda sobre a protecção de produtos do artesanato na Índia, Marie-Vivien (2011) relata que o país possui muitos produtos tradicionais. Todavia, a dificuldade é delimitar o território a ser protegido por uma indicação geográfica e identificar as pessoas que terão direito a usar o nome geográfico em seus produtos. Isso se deve ao facto de que o

¹⁴ Até o final de Agosto de 2011 existem doze indicações geográficas brasileiras registadas no INPI: dez indicações de procedência e duas denominações de origem. Deve-se ressaltar que apenas um registo se refere a artesanato; os demais registos identificam produtos de outros segmentos de mercado (INPI 2011).

conhecimento está espalhado por diferentes localidades na Índia. Questiona-se o seguinte: se os artesãos mudarem de território, o nome geográfico vai continuar a acompanhar seus produtos? A autora entende que o saber fazer é colectivo e, se a comunidade vier a ocupar nova área geográfica, o regulamento de uso da indicação geográfica deve ser explícito em considerar as relações histórico-culturais. Logo, havendo necessidade de migração dos artesãos, o saber fazer permanece, transformando-se e adaptando-se ao novo local.

Uma vez conhecida a realidade na Índia em relação às indicações geográficas para artesanato, é preciso mencionar que os primeiros passos foram dados recentemente no Brasil. Além do registo da primeira indicação geográfica para artesanato¹⁵, na modalidade de indicação de procedência, já tramitam no INPI outros dois pedidos nesta mesma modalidade¹⁶ (INPI 2011). Os signos distintivos, que poderão acompanhar os produtos que forem elaborados em conformidade com os respectivos regulamentos de uso, podem ser observados nas figuras seguintes:



Figura 7. Representação gráfica da primeira indicação geográfica brasileira para artesanato (Fonte: INPI 2011)



Figura 8. Representação gráfica de pretensas indicações geográficas brasileiras para artesanato (Fonte: INPI 2011)

¹⁵ Região do Jalapão do estado do Tocantins: para assinalar artesanato em capim dourado.

¹⁶ Goiabeiras: para identificar panelas de barro; e São João Del Rei: para peças artesanais em estanho.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

2.1 Tipo de investigação

A investigação efectuada nesta dissertação é de natureza exploratória, tendo sido escolhida a modalidade de estudo de caso que, segundo Yin (2005), é uma investigação empírica baseada em várias fontes de evidências e sustentada por proposições teóricas previamente desenvolvidas. Conceitua-se o estudo de caso, também, como a investigação “sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo de seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida” (Cervo et al. 2007: 62). É comum ser utilizada mais de uma técnica no estudo de caso, já que a diversidade de procedimentos auxilia na busca pela qualidade dos resultados (Gil 2007).

O estudo de caso seleccionado foi o trabalho artesanal com renda irlandesa realizado por mulheres integrantes da ASDEREN, no município de Divina Pastora. Procurou-se saber se a indicação geográfica poderia representar um instrumento de suporte ao desenvolvimento socioeconómico e humano da comunidade envolvida na produção da renda irlandesa em Divina Pastora.

2.2 População e amostra

A população investigada foi constituída por mulheres de diferentes idades que, em comum, detêm o conhecimento sobre criar peças de renda irlandesa em Divina Pastora. Contudo, para facilitar a colecta de dados, foi necessário seleccionar uma amostra que caracterizasse a realidade e as aspirações individuais dessas mulheres com relação ao seu trabalho artesanal. Decidiu-se escolher, portanto, 30 mulheres como sujeitos da amostra, de modo aleatório entre as fichas cadastrais das associadas à ASDEREN. A fim de realizar uma análise intergeracional, tomou-se como referência três diferentes grupos, cada um formado por 10 mulheres, de acordo com a faixa etária definida abaixo:

- Grupo 1. Rendeiras de 10 a 29 anos de idade;
- Grupo 2. Rendeiras de 30 a 49 anos de idade;
- Grupo 3. Rendeiras de 50 a 79 anos de idade.

Como a modalidade de investigação escolhida possibilita o uso de múltiplas fontes de evidência, foram ouvidos mais oito sujeitos, quais sejam: representantes de instituições, públicas e privadas, envolvidas em projectos com a ASDEREN (coordenadora do Programa do Artesanato Brasileiro em Sergipe – SE; chefe da divisão técnica do IPHAN/SE; gestor social de projectos da Petrobras/SE; gestora de projectos do SEBRAE/SE; representante do INPI em Sergipe; gestora de projectos do Artesanato Solidário, instituição sem fins lucrativos sediada em São Paulo), além da representante de uma potencial parceira (consultora da Rede Tekoha em São Paulo) e da própria presidente da ASDEREN.

2.3 Colecta de dados

Os dados foram colectados junto aos três grupos de rendeiras da ASDEREN através de entrevista¹⁷ estruturada, já que o entrevistador seguiu um roteiro pré-definido das questões (Lakatos e Marconi 2010). As perguntas foram abertas e fechadas às entrevistadas, que foram ouvidas de 23 a 30 de Setembro de 2010, na sede da ASDEREN em Divina Pastora ou no local de sua residência, também em Divina Pastora, quando necessário. Todas as respostas foram registadas através de áudio e de anotações do entrevistador.

Com relação aos representantes das instituições, estes prestaram depoimentos sobre sua área de actuação e a interface existente, ou que possa vir a existir, com a ASDEREN. O objectivo foi buscar informações no sentido de conhecer os projectos realizados e em curso, de modo a contribuir para o desenvolvimento socioeconómico e humano das rendeiras e do município de Divina Pastora. Paralelamente, foram levantadas as possibilidades e limitações inerentes aos projectos. Os depoimentos desses sujeitos foram registados através de áudio e de anotações do entrevistador. Quanto ao local, os depoimentos foram prestados nas dependências de cada instituição em Divina Pastora e Aracaju, em Setembro de 2010, bem como em São Paulo, no mês de Novembro 2010.

¹⁷ Ver roteiro de entrevista (Anexo).

2.4 Análise de dados

A fim de facilitar a visualização e o entendimento, decidiu-se fazer a representação gráfica das respostas às questões abertas e fechadas da entrevista às rendeiras. No que se refere às questões abertas, para não haver perda substancial de informação foram consideradas relevantes as respostas dadas por pelo menos três rendeiras, ou seja, 10% da população investigada.

Nos depoimentos dos representantes das oito instituições, foram seleccionadas as informações significativas para este estudo, no âmbito de assuntos variados, tais como: recursos financeiros dos projectos que envolvem a renda irlandesa; mercado de actuação; acções de incentivo à actividade; impacto económico da actividade no município; dificuldades encontradas pela instituição; propostas para o futuro do trabalho com renda irlandesa; capacidade produtiva diante do aumento da procura; implicações de uma possível indicação geográfica para proteger a origem dos produtos artesanais feitos de renda irlandesa; e a possibilidade – ou não – de que as próprias rendeiras sejam os agentes principais no processo de desenvolvimento socioeconómico e humano.

CAPÍTULO III

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Caracterização socioeconómica, profissional e humana das rendeiras associadas à ASDEREN

Conforme se observa na figura a seguir, a actividade é desenvolvida por mulheres de todas as idades, comprovando-se que o saber fazer renda irlandesa vem sendo repassado através de diferentes gerações.

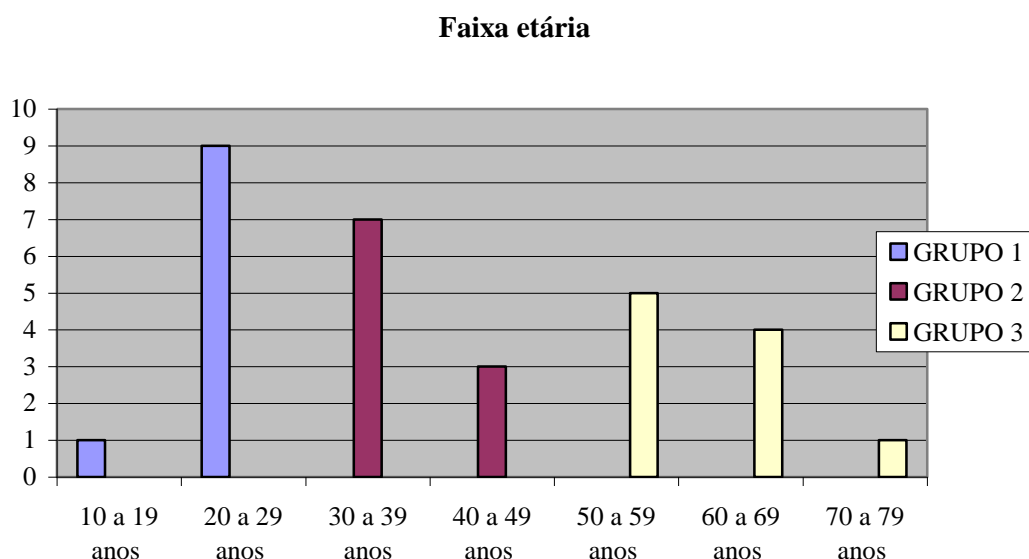


Figura 9. Representação gráfica da faixa etária das entrevistadas

De acordo com o que já foi tratado por Dantas (2005), no caso de Divina Pastora, há transmissão intrageracional e intergeracional do conhecimento. Isso quer dizer que as mulheres mais jovens podem aprender o ofício com rendeiras de mais idade ou, ainda, com suas primas e irmãs; há casos em que as filhas ensinam suas mães a arte de rendar. Portanto, o fluxo de conhecimento não segue sempre o mesmo padrão; o facto é que a actividade está presente na vida de mulheres jovens, adultas e idosas do município em estudo.

É importante continuar a traçar o perfil dos sujeitos da investigação. Assim, no que se refere à escolaridade das entrevistadas, a próxima figura revela que os dois primeiros grupos têm o maior grau de instrução e, portanto, são conscientes da importância da educação em suas vidas. Talvez a dificuldade de acesso ao ensino durante a juventude tenha impossibilitado as rendeiras de mais idade, pertencentes ao terceiro grupo, a atingir maior grau de instrução.

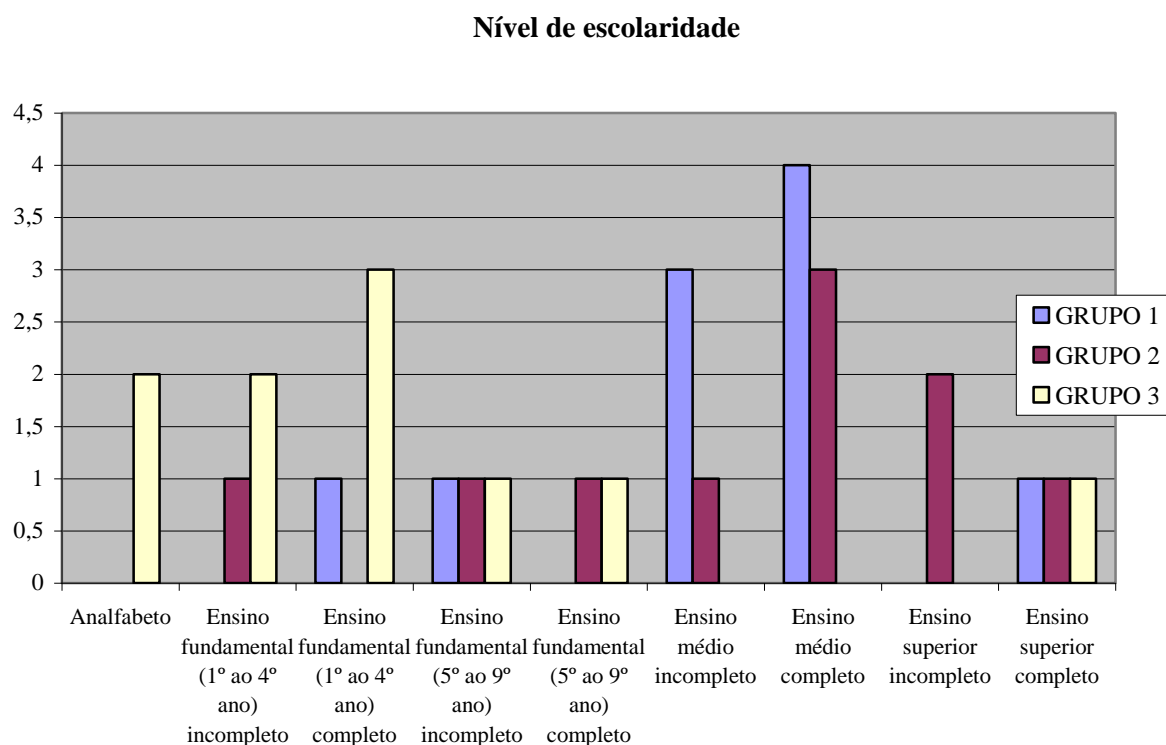


Figura 10. Representação gráfica do nível de escolaridade das entrevistadas

Em seu depoimento, a chefe da divisão técnica do IPHAN/SE diz que a maioria das mulheres vive da renda irlandesa em Divina Pastora; muitas delas já têm estudos e continuam a trabalhar como artesãs. Seguindo este entendimento, a gestora de projectos do SEBRAE/SE – instituição que destinou cerca de R\$ 300.000,00 para um projecto com duração de dois anos no município em estudo, cujas beneficiárias foram as rendeiras – revela que muitas mulheres já estudaram e deram estudos aos filhos graças ao trabalho com a renda irlandesa. Segundo ela, é preciso sair de Divina Pastora para frequentar uma faculdade, já que na cidade não existe nenhuma instituição de ensino superior; a maioria tem que ir a Aracaju.

O rendimento familiar da maior parte das entrevistadas se concentra entre um e dois salários mínimos, pelo que se pode constatar na figura seguinte.

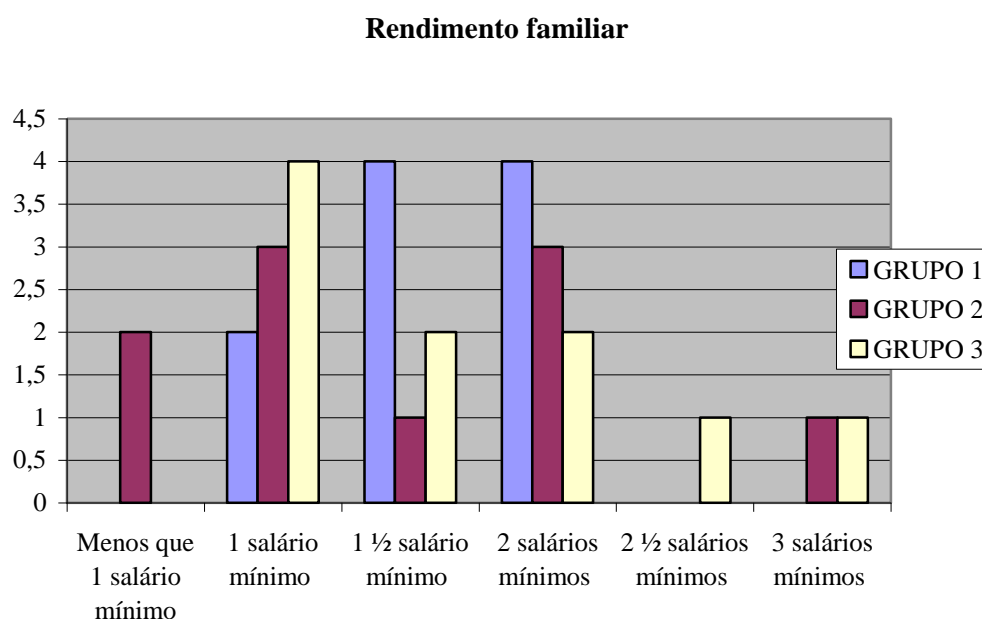


Figura 11. Representação gráfica do rendimento familiar das entrevistadas

Portanto, é possível inferir que essas mulheres e suas famílias não integram os 85,6% da população do município que tentam sobreviver com até um salário ao mês, baseando-se nos dados do censo 2010 (IBGE 2011) já apresentados neste trabalho. É um grupo que busca formas de obter rendimentos acima da média local.

Com o objectivo de conhecer o impacto do trabalho com a renda irlandesa no rendimento familiar, deve-se verificar as informações contidas na figura subsequente.

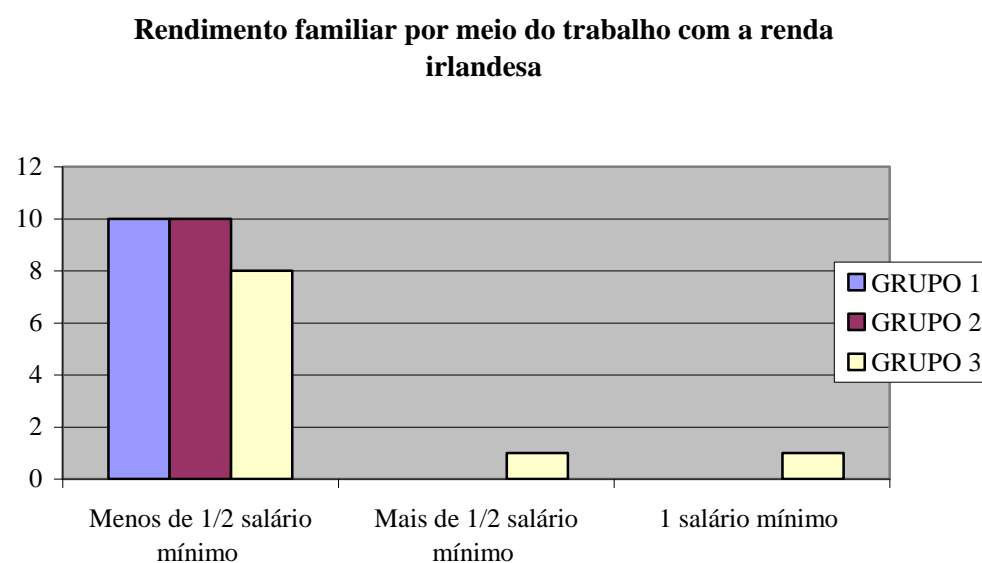


Figura 12. Representação gráfica do impacto da renda irlandesa no rendimento familiar das entrevistadas

Não restam dúvidas de que a grande maioria das rendeiras ainda ganha pouco com a venda das peças de renda irlandesa; elas não chegam a receber $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Tal constatação é surpreendente, pois se trata de um artesanato com originalidade, beleza e tradição. A questão que se faz, por oportuno, é a seguinte: será que as rendeiras não conseguem maior retorno financeiro por dificuldades na comercialização de seus produtos?

De facto, a gestora de projectos do SEBRAE/SE menciona no depoimento que sua equipa constatou que seria necessário auxiliar as rendeiras da ASDEREN na comercialização das peças de renda irlandesa, pois esta etapa representava um verdadeiro gargalo ao final do processo produtivo. Diante deste facto, parece pertinente a comparação com o que já foi afirmado por Zanetti (2007) sobre o artesão precisar ser, também, um vendedor.

A renda irlandesa é a única actividade profissional para a maior parte das rendeiras mais jovens, de acordo com as respostas representadas na próxima figura; por outro lado, conforme a linha de pensamento demonstrada por Vives (1983), é comum que as rendeiras de mais idade tenham outro trabalho, o que reforça a demonstração da figura anterior, qual seja: a renda irlandesa ainda possui pouco impacto no rendimento familiar, já que corresponde a menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Ainda assim, esses dados se alinham muito bem ao observado por Dantas (2004, 2005) sobre o facto de que a renda irlandesa é uma oportunidade para quem não tem emprego fixo em Divina Pastora.

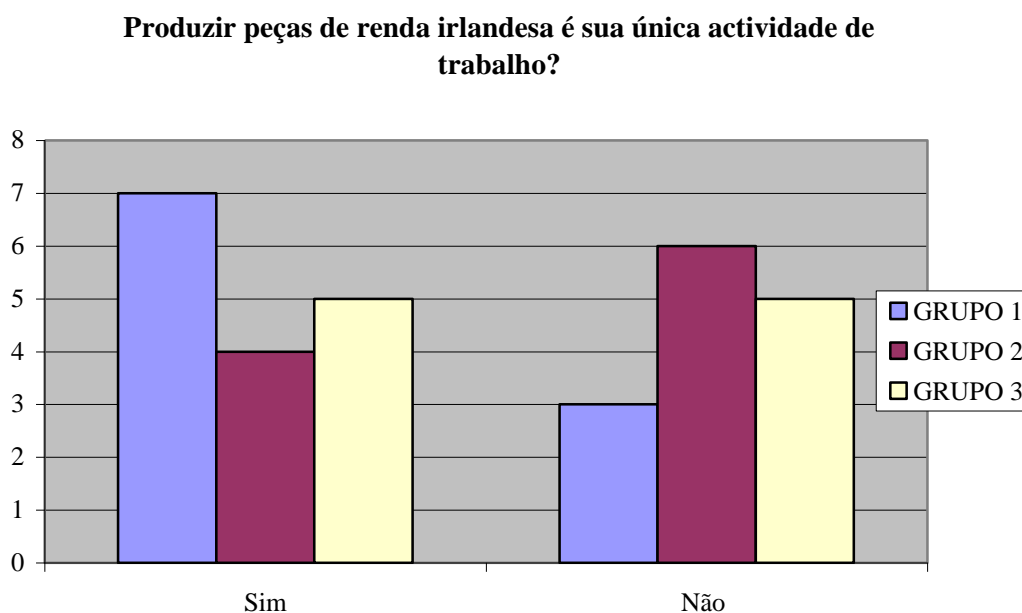


Figura 13. Representação gráfica da actividade profissional das entrevistadas

Deve-se lembrar o que D'Ávila (1983) percebeu a respeito do trabalho artesanal e que pode ser aproveitado neste estudo de caso: o potencial existente na actividade como uma forma de inserção socioeconómica, sobretudo para absorver mão-de-obra ociosa e contribuir no processo de desenvolvimento.

Os dados presentes na figura abaixo revelam que o dinheiro resultante do trabalho com a renda irlandesa é uma forte razão para que as rendeiras mais jovens, do primeiro grupo, desenvolvam a actividade artesanal. O interessante é que o retorno financeiro deste trabalho ainda não é suficiente para atender as necessidades de uma família inteira, conforme verificado anteriormente; todavia, não se pode negar que a renda irlandesa funciona como um complemento aos rendimentos. Por outro lado, as rendeiras dos dois últimos grupos estão mais motivadas em fazer este tipo de artesanato por funcionar como uma verdadeira terapia ocupacional: conseguem esquecer os problemas e distrair-se no momento em que estão trabalhando nas peças de renda irlandesa.

Motivos para trabalhar com a renda irlandesa

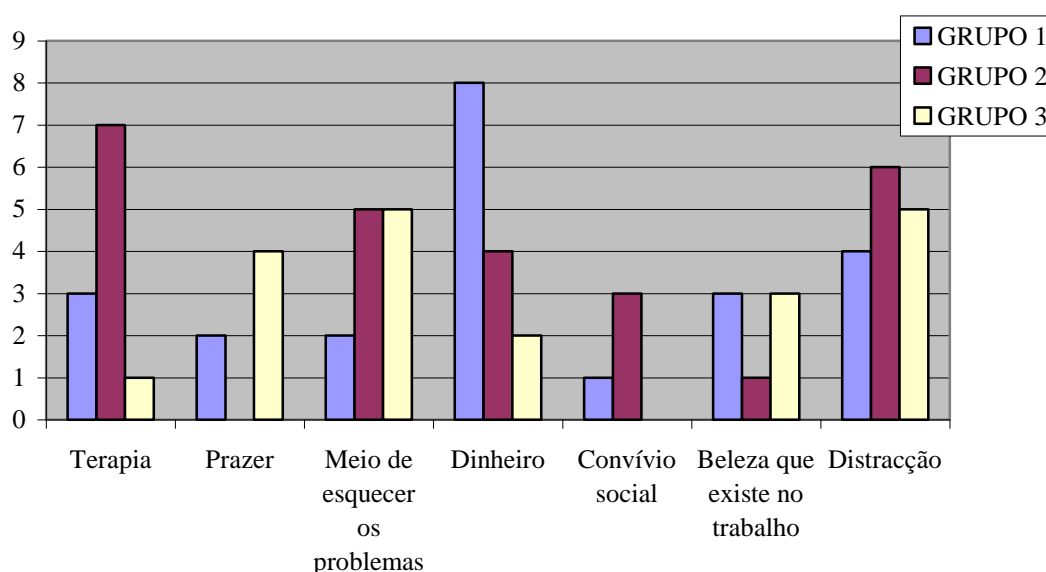


Figura 14. Representação gráfica dos motivos pelos quais as entrevistadas trabalham com a renda irlandesa

O factor terapêutico revela que não é somente pelo dinheiro que elas realizam a actividade. Esta condição parece muito próxima ao que Amartya Sen (2000) propõem quando trata da expansão das capacidades humanas, de modo que o indivíduo possa escolher o que é melhor para si. Em outras palavras, essas mulheres querem esquecer os problemas e ter uma

forma de distração; logo, escolhem fazer peças de renda irlandesa. Soma-se a isso o facto de que o município não dispõe de muitas opções de cultura, lazer e trabalho. Aquilo que seria uma terapia ocupacional acaba, também, cumprindo o seguinte papel socioeconómico: com a venda das peças que produzem em seu momento de lazer, as rendeiras conseguem obter algum dinheiro para ajudar nas despesas domésticas.

A partir da representação gráfica acima, pode-se extrair um outro ponto que guarda relação com a abordagem teórica sobre o desenvolvimento humano, qual seja: a decisão dessas mulheres em trabalhar com a renda irlandesa reflecte sua independência e sua posição como agente de transformação social. Afinal, elas exercem uma actividade que reforça o rendimento familiar e pode melhorar suas condições de vida.

Como bem apontado no depoimento do gestor social da Petrobras/SE, cujo projecto destinou R\$ 152.000,00 a diferentes acções em prol da ASDEREN, o trabalho das rendeiras contribui para aumentar sua liberdade e autonomia em gerir a própria vida – segue-se, assim, a lógica de expansão das liberdades e capacidades defendida por Sen (2000). No entanto, a transformação social não ocorre, como já mencionado por Lustosa (2002), sem o apoio das diferentes esferas do governo, por meio de acções e programas específicos.

O Programa do Artesanato Brasileiro – PAB, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, actua nos 75 municípios de Sergipe, segundo sua coordenadora, que teve experiência em trabalhar com as rendeiras da ASDEREN, conforme explicado em depoimento. Ela informa que o programa teve um impacto muito positivo na vida dessas mulheres, já que permitiu a emissão da carteira de artesã para cada uma delas. Esta carteira tem uma série de benefícios, quais sejam: garantir a identidade profissional, permitir a participação em feiras dentro e fora do estado de Sergipe, além de integrar um cadastro estadual e outro nacional chamado Sistema Integrado de Cadastro do Artesanato Brasileiro – SICAB.

Ainda de acordo com a coordenadora do PAB em Sergipe, outro benefício da carteira de artesã, pelo menos no estado que tem como referência, é a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS, toda vez que for necessário emitir nota fiscal de compra. O imposto gerado, mas do qual as titulares da carteira de artesã estão isentas, é de 17,5% do valor da venda, em Sergipe. Caso não houvesse a isenção do imposto, o rendimento das artesãs estaria seriamente comprometido, já que é um valor significativo para elas.

Os programas que ajudam a desenvolver a comunidade não devem partir somente do governo. Um dos depoimentos colhidos durante a investigação partiu da consultora da

Rede Tekoha, uma empresa focada em negócios sociais e muito alinhada ao posicionamento de Schommer (2002), que entende ser possível uma empresa posicionar-se como agente económico e social. A Tekoha se enquadra, ainda, no que já foi esclarecido por Filho (2002): busca o consumo consciente, tomando-se como base os princípios do comércio justo. Em outras palavras, o que se pretende é atrair novos mercados e garantir uma remuneração justa pela venda dos produtos artesanais da comunidade.

A consultora da Tekoha expõe, em seu depoimento, que a estratégia inicial foi a venda no varejo, através de uma loja aberta num centro comercial de São Paulo, onde os produtos artesanais comprados das comunidades eram revendidos aos clientes. Todavia, o mercado de varejo não era suficiente para sustentar os custos e gerar rendimento satisfatório das comunidades. Verificou-se que o mercado de brindes sustentáveis poderia ser uma forma de gerar mais vendas, o que fez a Tekoha mudar o foco: a busca por produtos bem acabados, com preço justo para o público-alvo – na maioria, agências de comunicação e empresas – e remuneração justa para os artesãos. Diante de sua proposta de desenvolvimento local e humano dos actores, a Rede Tekoha demonstra ter potencial para ser parceira da ASDEREN.

Uma vez descritas as condições socioeconómicas, profissionais e humanas das rendeiras associadas à ASDEREN, é oportuno passar para o ponto seguinte desta investigação.

3.2 Percepções e expectativas das rendeiras quanto ao *status* actual e futuro do seu trabalho com a renda irlandesa em Divina Pastora

A respeito das justificativas para a sustentabilidade da actividade em estudo, é interessante observar na figura a seguir que a maior parte das entrevistadas enfatizou a tradição, que é repassada através de diferentes gerações; e, contradizendo Vives (1983), o interesse das pessoas – principalmente da nova geração – no aprendizado do ofício, o que é fundamental para não se perder a tradição. Logo, torna-se claro que as práticas em Divina Pastora estão em conformidade com o que Hobsbawm (2008) chamou de repetição de certos valores e normas de comportamento.

Motivos para o trabalho com a renda irlandesa não acabar em Divina Pastora

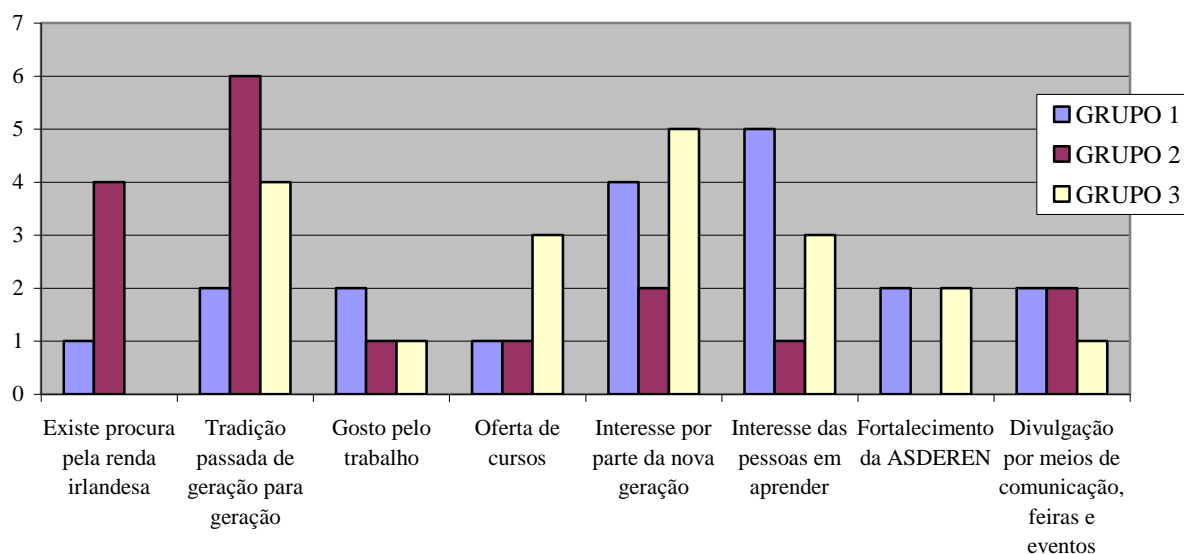


Figura 15. Representação gráfica dos motivos pelos quais as entrevistadas acreditam na sustentabilidade da actividade

Outra razão apontada acima e que atende à lógica económica é o simples facto de que há procura por peças de renda irlandesa. Portanto, existe mercado; no entanto, é preciso que as rendeiras conheçam os caminhos necessários à expansão do mercado para que consigam auferir maiores lucros com a actividade artesanal que desenvolvem.

Não menos importante, mas que também foi mencionado pelos grupos, é a questão da oferta de cursos. A capacitação é um meio de aprender novas técnicas e obter informações que podem ser somadas à experiência que muitas delas já possuem. Aliado a esta ideia está o gestor social da Petrobras/SE. Ele revela em seu depoimento que, a fim de aprimorar a capacidade de produção das artesãs, o projecto social em Divina Pastora inclui cursos de capacitação que envolvem não somente as questões técnicas, como também orientações sobre meio ambiente, saúde, sociedade, arte e cultura. Há, portanto, uma preocupação no desenvolvimento técnico e humano das mulheres. Deve-se lembrar que este projecto permitiu que a ASDEREN adquirisse novos equipamentos e materiais para serem utilizados durante os cursos e, também, após a formação.

O desafio é manter os traços particulares do produto feito pela comunidade frente às informações vindas de outras culturas. Se for um produto que esteja sedimentado em alguma tradição, parece oportuno ter como referência a noção de Vives (1983) e de Hobsbawm (2008) no sentido de que a comunidade pode vir a se adaptar a novas circunstâncias. É neste contexto que a troca de experiências entre diferentes culturas,

corroborando o que já foi dito por Bokova (2010), pode ser considerada como um processo saudável para as comunidades – elas próprias – encontrarem um modelo mais adequado, de modo a atender suas necessidades e capacidades. Todavia, é necessário somente atentar para que não haja um processo de homogeneização cultural, de acordo com Lauer (1983).

Na figura abaixo, surpreendentemente, todas as rendeiras do último grupo acreditam que a máquina poderá vir a ajudar em seu trabalho. Deve-se ressaltar que este é o grupo composto por rendeiras de mais idade e que, à primeira vista, estaria mais resistente a mudanças. Em contraposição, a maioria das rendeiras dos dois primeiros grupos não acredita que a máquina venha favorecer a actividade.

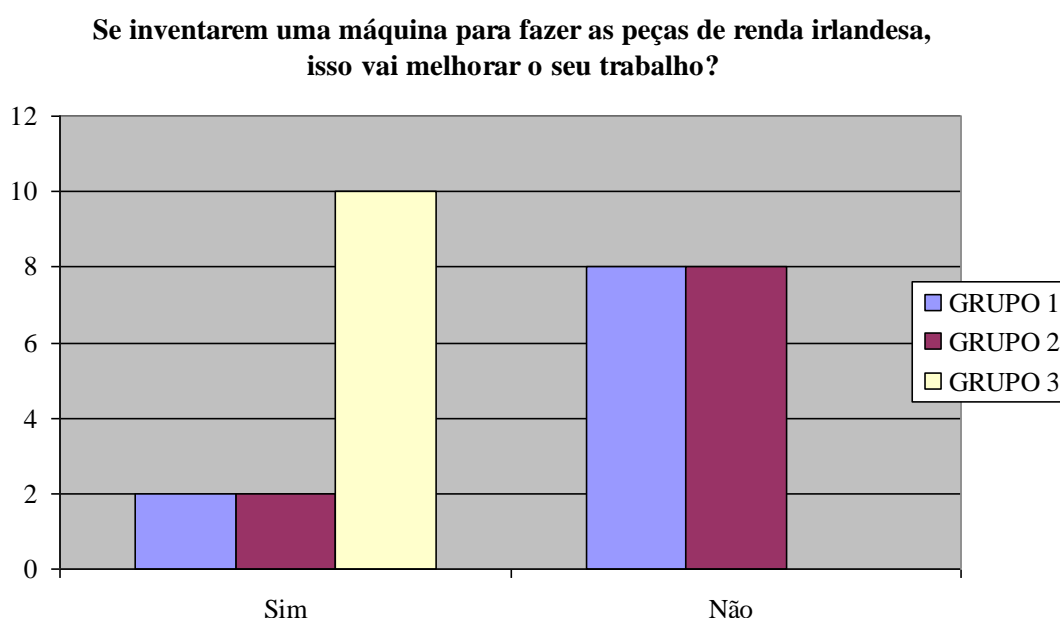


Figura 16. Representação gráfica da propensão à inovação por parte das entrevistadas

As razões para a aparente contradição supracitada virão na próxima representação gráfica. Antes, convém observar que as respostas à questão acima são coerentes com os argumentos de Lima (2005), ao revelar que o artesão tem liberdade para definir o seu ritmo de produção, a matéria-prima e a tecnologia que irá empregar, bem como a forma do objecto a ser criado.

Descaracterização do modo artesanal; perda da qualidade; e desemprego: essas são as preocupações das rendeiras que pertencem aos dois primeiros grupos, de acordo com a figura apresentada a seguir.

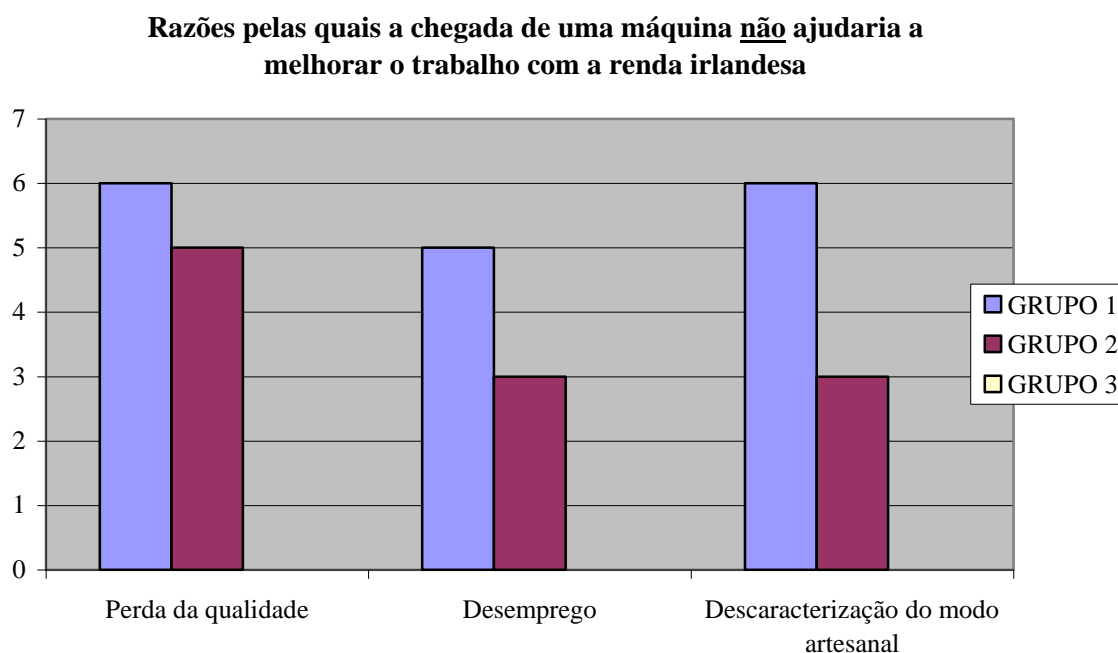


Figura 17. Representação gráfica dos motivos pelos quais uma máquina não melhoraria o trabalho das entrevistadas

No que se refere ao modo artesanal tornar-se descaracterizado, cabem as seguintes reflexões: a máquina é a materialização da modernidade e Sen (2000) afirma que o moderno pode representar uma ameaça às tradições, devendo-se ouvir as pessoas envolvidas no modo tradicional para saber o que querem para si; não é simplesmente deixar que a modernidade se imponha. Logo, é uma questão relevante que está alinhada ao desenvolvimento humano. Em contraposição, Fischer (2002) defende que combinar inovação e permanência, por mais que pareça contraditório, pode resultar em desenvolvimento local.

Com relação à perda da qualidade, as rendeiras querem dizer que uma máquina não é capaz de fazer uma peça com a mesma perfeição que as mãos humanas. A questão do desemprego revela o receio de que a máquina poderia substituir a mão-de-obra empregada. Por outro lado, mecanizar a produção resultaria na perda das características artesanais dos produtos. Segundo o depoimento da gestora de projectos do SEBRAE/SE, as pessoas precisam conservar as tradições; se forem introduzidas outras técnicas, corre-se o risco de que o produto deixe de ser um artesanato e passe a ser um “industrianato”. Isso descaracteriza o produto; perde-se a tradição.

A próxima representação gráfica mostra que a maior parte das rendeiras, em todos os grupos, possui limitações quanto à criação de desenhos. Tal facto pode comprometer a

sustentabilidade da actividade, uma vez que o desenho ou, como elas mesmas chamam, o risco é extremamente importante para o processo produtivo e sustenta a análise feita por Dantas (2001). A autora reconhece que nem todas as rendeiras possuem habilidade para criar desenhos.

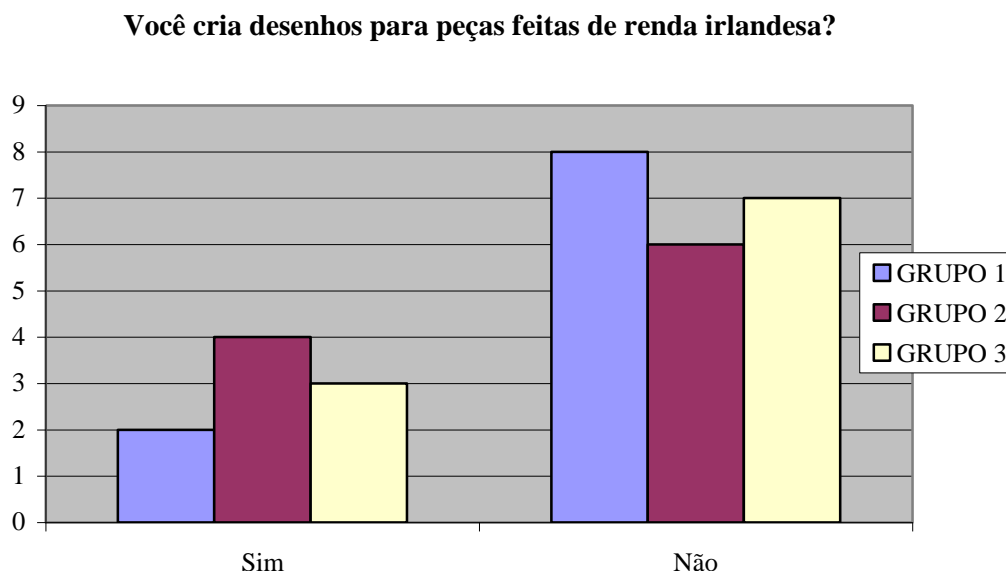


Figura 18. Representação gráfica da possibilidade das entrevistadas criar desenhos

A fim de superar os obstáculos referidos acima, é preciso aumentar a quantidade de rendeiras que possam criar desenhos. Não restam dúvidas de que tal objectivo consegue ser alcançado por meio de capacitação. A relação entre mestras e aprendizas confirma o que Dantas (2004) reconhece como sendo o método de transmissão do conhecimento. E transmitir o saber fazer deve incluir não somente as técnicas e os pontos de renda irlandesa, mas também ensinar como desenhar ou riscar a peça no papel.

É interessante verificar na figura seguinte que, de facto, a renda irlandesa já não assume a forma tradicional de produção no segmento de cama e mesa (colchas, toalhas de mesa, panos); principalmente a nova geração, presente no primeiro grupo de entrevistadas, desenvolve acessórios de renda irlandesa (capas para telemóvel, colares, malas, enfeites para o cabelo). Comprova-se, portanto, que essas mulheres se dispõem a criar e produzir novos produtos, o que se aproxima mais da perspectiva mercadológica de análise do artesanato, apresentada por Leite (2005), porque admitem-se algumas inovações estéticas para a produção artesanal conseguir atender o mercado.

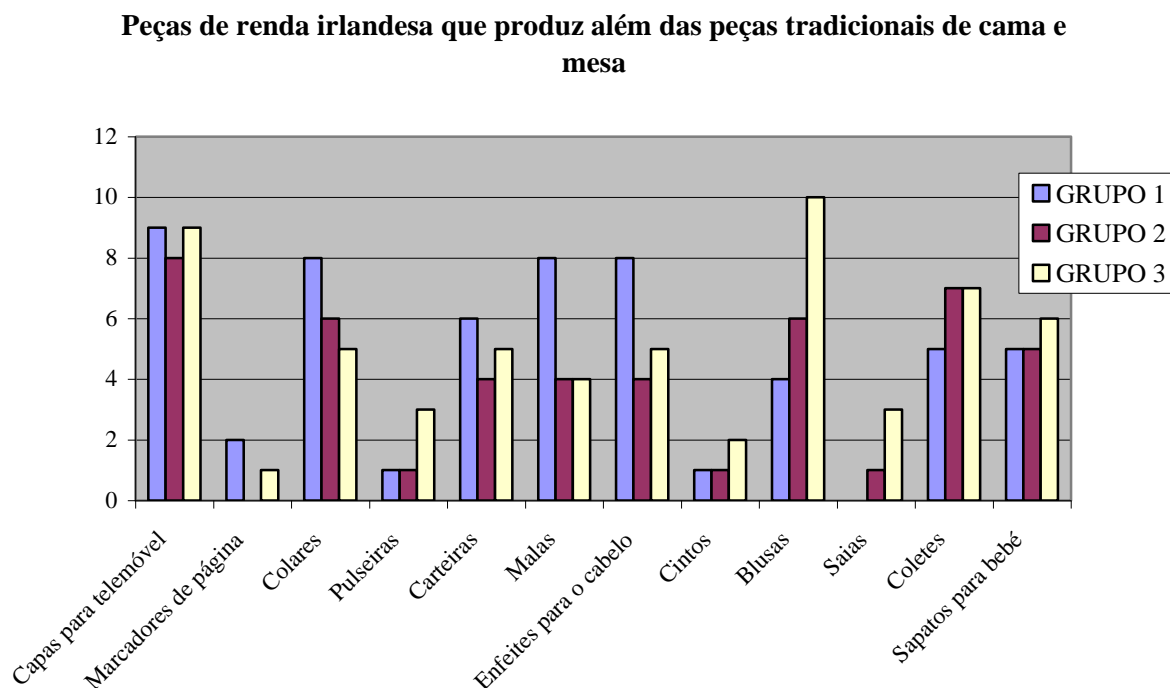


Figura 19. Representação gráfica das peças de renda irlandesa produzidas pelas entrevistadas, além do segmento tradicional

As rendeiras da ASDEREN precisam conhecer as necessidades dos consumidores para os seus produtos acompanhar as tendências – de modo a adaptar a tradição às novas circunstâncias, em conformidade com os argumentos expostos acima por Vives (1983) e Hobsbawm (2008) – e para satisfazer o gosto de quem vai adquiri-los, apesar de que esta última tarefa é complexa, conforme já revelado por Lima (2002). É pertinente para o caso das rendeiras o que este mesmo autor observou quanto ao seguinte aspecto: um objecto com funcionalidade bem resolvida se torna um item atemporal. Logo, as artesãs não deixarão de produzir colchas e toalhas de mesa porque são considerados itens atemporais; o que se pretende é diversificar a produção para buscar novos mercados.

No depoimento da coordenadora do PAB em Sergipe, é possível perceber sua preocupação com relação aos produtos feitos pelas artesãs da ASDEREN, cujas cores utilizadas muitas vezes não atendem à exigência do mercado. Ela também alerta quanto aos tamanhos das peças, que não costumam seguir um padrão definido previamente; é tudo ainda muito aleatório.

As rendeiras precisam, todavia, estar atentas para que seus produtos não se tornem totalmente descaracterizados da tradição que lhes deu origem. Tal afirmativa alinha-se ao que foi exposto por Rugiero (2002). E sobre este assunto, convém trazer o que a gestora de

projectos do Artesanato Solidário, entidade sem fins lucrativos, disse em seu depoimento sobre uma das etapas do projecto junto às rendeiras da ASDEREN, qual seja: colaborar no desenvolvimento de novos produtos, aprimorando-se o trabalho já existente. Ela menciona que, em 2002, um *designer* de São Paulo esteve em Divina Pastora para mostrar novas formas e ideias às artesãs. Com isso, elas passaram a desenvolver produtos que não se restringiam mais ao segmento de cama e mesa. Criou-se acessórios de uso pessoal, como um colar que foi chamado de “Fita Divina”. A gestora de projectos da referida instituição ressalta a importância de se manter as origens, de não desconstruir e descaracterizar nada, de modo a sempre dar autoria para o grupo. A capacidade dessas mulheres é estimulada; não há nenhuma pretensão em fazer algo novo sem a participação e decisão das próprias rendeiras.

De acordo com Borges (2007), o *design*, além de aumentar o padrão de qualidade dos produtos, pode contribuir de modo positivo na melhoria das condições socioeconómicas de quem trabalha com artesanato. No entanto, Costa (2002) explica que a interferência no artesanato acaba por descaracterizar o objecto, enquanto o estímulo valoriza a actividade e as pessoas envolvidas no processo produtivo.

A fim de fazer uma correlação ao estímulo supracitado, cabe trazer o depoimento da presidente da ASDEREN, no qual ressalta que é preciso estimular, dar motivação ao grupo de rendeiras para que o trabalho nunca acabe. Ela acredita que, se a pessoa não se sentir incentivada, não vai dar continuidade à arte de render; e ainda reconhece a importância da valorização das próprias pessoas como profissionais que são. É interessante notar que esta última consideração alinha-se ao processo de expansão das capacidades humanas, explicado no referencial teórico e que tem como porta-voz o economista Amartya Sen.

Um dado que se destaca na representação gráfica que se segue é o facto de que há um descompromisso de rendeiras com o grupo, segundo informado pela maioria dos sujeitos mais jovens desta investigação. É relevante frisar que o objecto do estudo é uma associação. Como afirma Mascêne (2010), a organização colectiva dos artesãos é importante porque as práticas de associativismo e cooperativismo respondem por melhores resultados na produção. No entanto, é importante traçar um paralelo com as perspectivas do desenvolvimento humano: as pessoas que praticam a actividade artesanal devem decidir – elas próprias – se fazer parte de uma associação ou cooperativa está em seus planos de crescimento pessoal e profissional. Afinal, a adesão deve ser voluntária porque corre-se o risco de haver, como em Divina Pastora, o descompromisso relatado pelo primeiro grupo entrevistado.

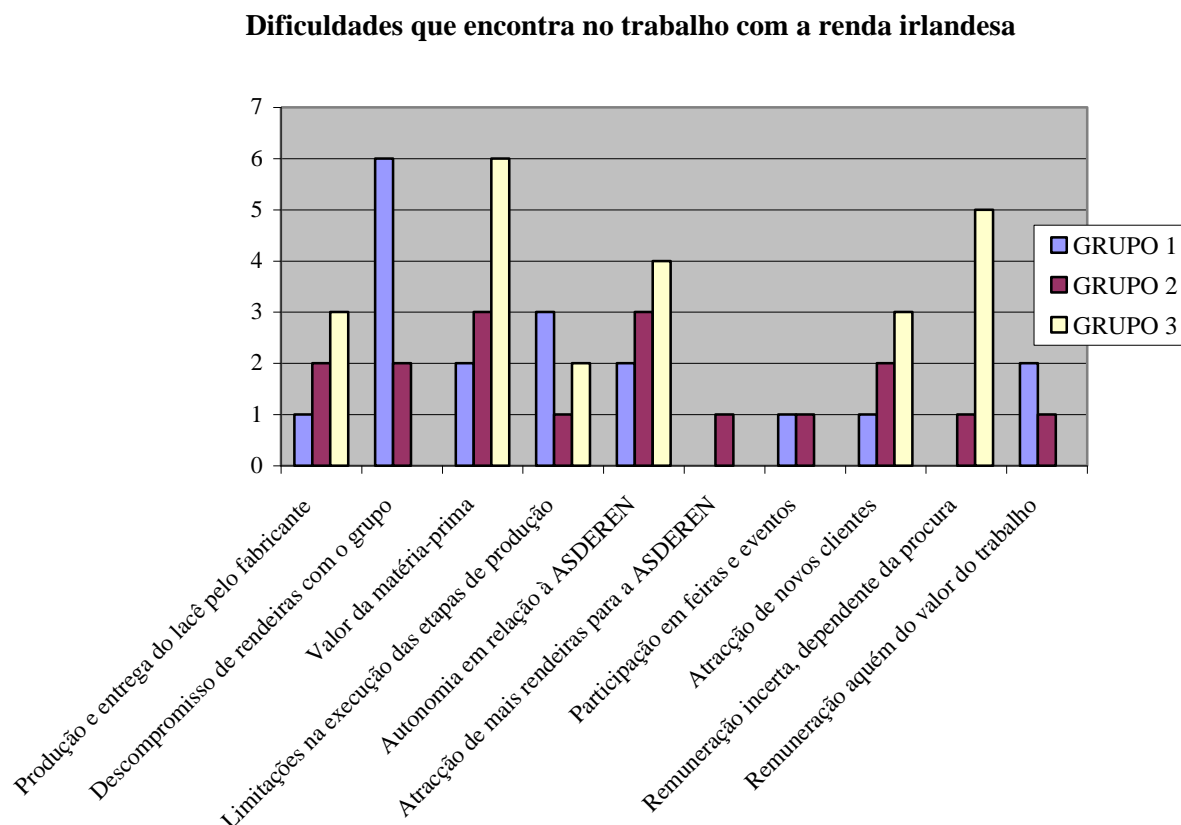


Figura 20. Representação gráfica das dificuldades encontradas pelas entrevistadas em seu trabalho

Segundo o depoimento de sua gestora de projectos, o Artesanato Solidário esteve presente, em 2000, no município de Divina Pastora para executar a primeira etapa do projecto cuja linha de acção foi no sentido de formalizar a organização das rendeiras numa associação; foi assim que surgiu a ASDEREN. Antes, era comum que essas mulheres desenvolvessem isoladamente o seu trabalho, mas foi constatado que elas precisavam estar unidas a fim de alcançar novos mercados.

Uma dificuldade apontada pela maioria das rendeiras de mais idade, que são integrantes do último grupo, é o valor da matéria-prima, como observado por Dantas (2001). O lacê é caro e, como a ASDEREN o fornece para que as associadas possam trabalhar nas encomendas, talvez este seja um dos motivos que reforçam outra dificuldade, qual seja: a produção autónoma. Portanto, trabalhar por conta própria não parece ser algo vantajoso quando o custo de aquisição do material é elevado, sobretudo porque, como algumas delas mesmas afirmaram nas entrevistas, a remuneração é incerta e está aquém do valor do trabalho.

Ainda no que se refere ao lacê, parte das rendeiras apontou a dificuldade na produção e entrega desta matéria-prima pelo fabricante. Este empecilho, no entanto, encontra-

se praticamente resolvido se comparado a décadas anteriores, quando a empresa responsável por produzir o lacê passava por problemas de gestão, conforme já explicou Dantas (2004).

Cabe mencionar, ainda, que algumas rendeiras disseram ter limitações na execução das etapas de produção. Como visto na resposta a uma das perguntas anteriores, muitas entrevistadas ainda não sabem criar desenhos. Os pontos usados na renda irlandesa não costumam ser simples; é preciso destreza para lidar com a linha, além de tempo e paciência para aprender novos pontos, geralmente com rendeiras mais experientes.

A atracção de novos clientes também é uma dificuldade encontrada por rendeiras de todas as idades. Talvez uma forma de buscar esses clientes seja divulgar mais a renda irlandesa, principalmente em feiras e exposições, dentro e fora de Sergipe. No depoimento da gestora de projectos do SEBRAE/SE, demonstrou-se que a instituição incentiva as rendeiras da ASDEREN nesses tipos de eventos, fornecendo transporte e até mesmo hospedagem. Ela defende que a rendeira é a melhor representante da renda irlandesa de Divina Pastora. Logo, a presença em feiras e exposições é uma oportunidade de mostrar aos participantes como a peça é feita, de modo que eles possam conhecer e dar valor a este tipo de artesanato.

A fim de continuar a presente investigação, passa-se à análise das informações contidas na figura subsequente.

Sugestões para ajudar a melhorar o trabalho com a renda irlandesa

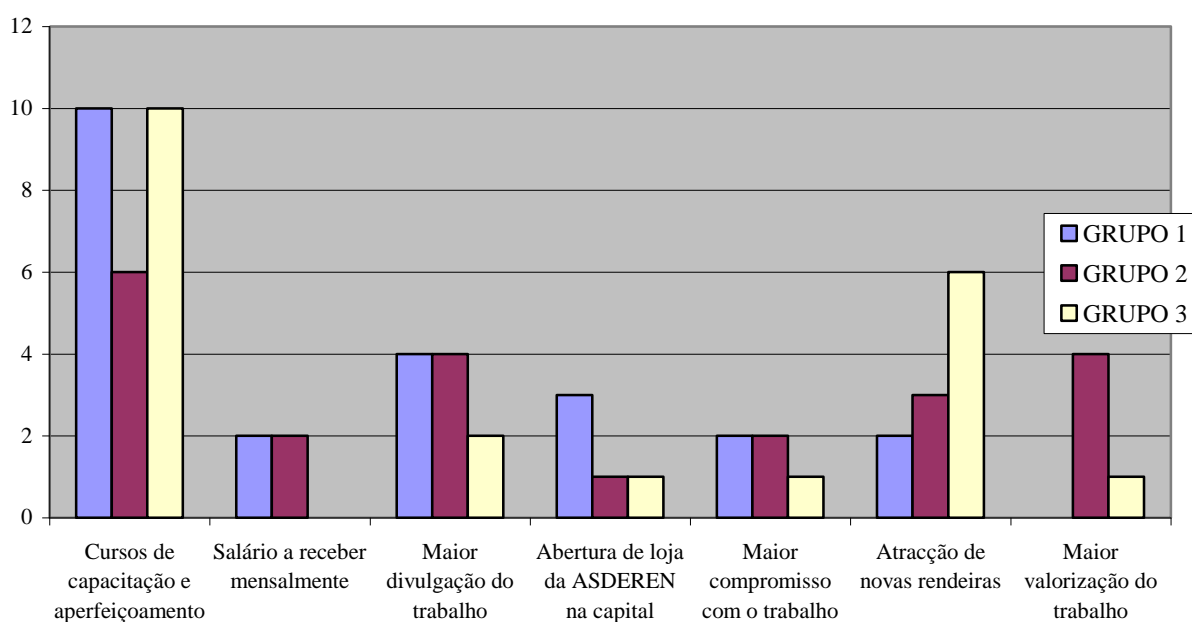


Figura 21. Representação gráfica das sugestões dadas pelas entrevistadas para melhorar o seu trabalho

Como sugestões para que as artesãs melhorem sua actividade, foi unânime a citação de que os cursos de capacitação e aperfeiçoamento devem continuar em Divina Pastora, o que seria uma forma de atingir outro ponto mencionado por elas, qual seja: a atracção de novas rendeiras para o trabalho com a renda irlandesa e, também, para a ASDEREN. Neste sentido, em seu depoimento, a coordenadora do PAB em Sergipe acredita que é necessário qualificar, aperfeiçoar e diversificar.

Outro ponto destacado é a busca por maior comprometimento por parte das rendeiras. Isso se concretiza, segundo Dantas (2005), quando a peça é muito grande e acaba sendo dividida entre um grupo de artesãs a fim de obter maior eficiência na produção. Nesses casos, cada uma fica responsável por determinada parte. Ocorre que existem prazos de entrega e nem todas conseguem cumpri-los, o que dificulta o processo de emenda ou junção de todas as partes para formar a peça única que será enviada ao cliente.

Maior divulgação e valorização dos produtos feitos de renda irlandesa são, também, apostas das entrevistadas para que consigam melhores resultados no trabalho que desempenham. Pelo menos uma rendeira de cada grupo mencionou que gostaria que houvesse uma loja da ASDEREN na capital, o que facilitaria o escoamento dos produtos. De facto, Dantas (2005) demonstra que houve um decréscimo nas vendas quando, na década de 90, fecharam a loja que funcionava no Centro de Comercialização de Artesanato em Aracaju.

Algumas artesãs dos dois primeiros grupos revelaram, ainda, sentir-se motivadas com o recebimento de um salário em contraprestação à actividade artesanal exercida. Esta constatação reforça o posicionamento de Maia (1981), ao dizer que as rendeiras sonham com a carteira de trabalho assinada e o salário mensal.

Passa-se, agora, ao último ponto da investigação que abordará as perspectivas para que Divina Pastora venha se tornar indicação geográfica para artesanato de renda irlandesa.

3.3 Status das rendeiras associadas à ASDEREN para serem titulares de indicação geográfica

Primeiramente, é fundamental expor que a modalidade de indicação geográfica mais indicada à renda irlandesa de Divina Pastora é a indicação de procedência, pois equivale ao nome geográfico de uma localidade que se tornou conhecida pela produção de um produto

específico, na mesma linha de orientação dada por Vilela (2008) quando explica o sentido que o legislador brasileiro quis dar à expressão.

Observa-se, na próxima figura, que os três benefícios da indicação geográfica mais vislumbrados pelas rendeiras de todos os grupos entrevistados foram os seguintes: valorização do produto; garantia da origem dos produtos; e possibilidade de ganhar mais dinheiro.

Benefícios que poderão surgir se o governo reconhecer que Divina Pastora tornou-se conhecida como centro de produção de renda irlandesa (indicação geográfica)

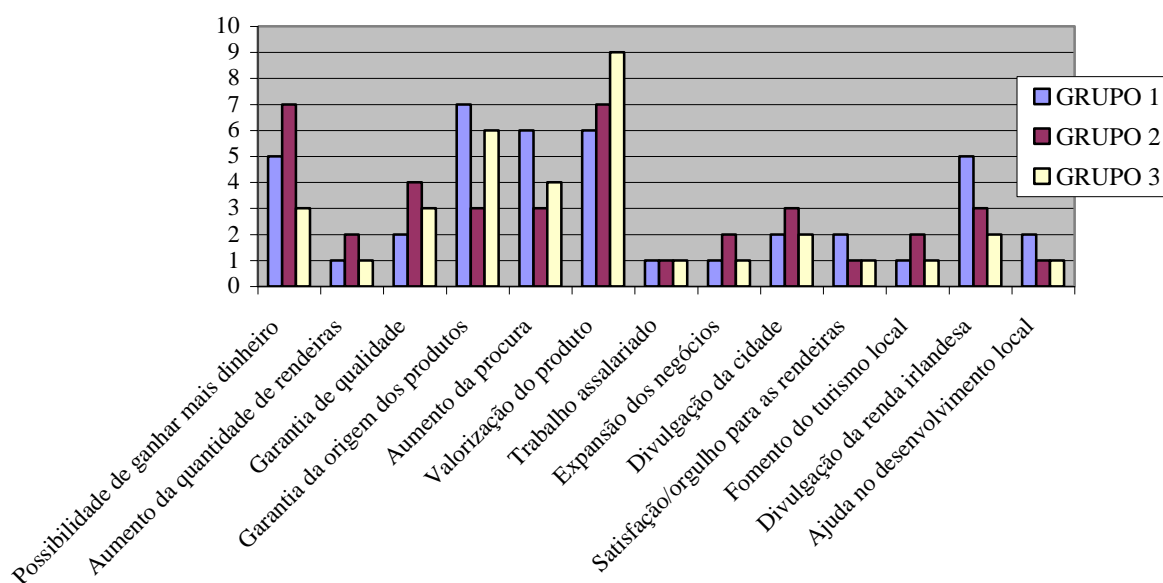


Figura 22. Representação gráfica dos benefícios da indicação geográfica, na opinião das entrevistadas

No que se refere à valorização do produto, é preciso questionar se este papel já vem sendo cumprido pelo título que a renda irlandesa possui, desde 2009, como Património Cultural do Brasil, conforme registo no Livro dos Saberes do IPHAN. O produto artesanal em estudo teria, por assim dizer, uma dupla protecção: o aspecto cultural, já conferido pelo IPHAN; e o seu local de origem, que é Divina Pastora, o qual poderá ser objecto de análise pelo INPI se a ASDEREN vier a apresentar um pedido de indicação geográfica ao órgão.

Quanto à garantia da origem dos produtos mencionada pelas rendeiras, vale compreender o seguinte: a indicação geográfica pode ser identificada como uma tendência adversa ao movimento de transformação de lugares-locais em lugares-globais, já demonstrado por Vieira e Vieira (2002). Logo, é enfatizado o local de origem do produto em detrimento do que é considerado global e homogêneo, sobretudo no que se refere às questões de consumo.

A possibilidade de ganhar mais dinheiro alinha-se ao que Almeida (1999) e Locatelli (2007) explicaram sobre a indicação geográfica encorajar os produtores a exigir um preço mais elevado pelos produtos que ganham esta protecção. E ainda há o lado dos consumidores que, em geral, se dispõem a pagar mais pelo produto diferenciado, com qualidade e origem garantida, conforme Souza (2004) e Battistelli (2005) constatarem na União Europeia. A melhoria dos rendimentos de produtores, graças à indicação geográfica, também é vista como um ponto positivo por Soeiro (2005).

Outro benefício apontado pelas rendeiras é a garantia da qualidade. É evidente que os produtos identificados por indicação geográfica não são feitos de qualquer maneira; o regulamento de uso existe para definir os padrões que os titulares devem seguir para que o produto possa ganhar a identificação com o signo distintivo escolhido. Todavia, vale ressaltar que a indicação de procedência – modalidade de indicação geográfica mais indicada para Divina Pastora, como local produtor de renda irlandesa – não agrega como requisito a qualidade do produto, como ocorre na outra modalidade, que é a denominação de origem.

Algumas das entrevistadas, pertencentes aos três grupos, mencionaram o aumento da procura como benefício. Conforme já tratado neste capítulo, é fundamental que as rendeiras estejam organizadas para que possam responder de modo eficiente ao aumento da quantidade de encomendas. O papel da ASDEREN é muito importante, também, para dar suporte a outro benefício da indicação geográfica, que é o aumento da quantidade de rendeiras. Fazer com que mais mulheres do município aprendam a desenvolver as técnicas de produção da renda irlandesa e orientá-las quanto à possibilidade de se tornar associadas é um meio de aumentar a quantidade de titulares da indicação geográfica. Isso só ocorrerá se as peças por elas produzidas estiverem em conformidade com o regulamento de uso, e se essas artesãs viverem em Divina Pastora. A gestora de projectos do SEBRAE/SE, em depoimento, expõe que é provável a ASDEREN não ter uma quantidade suficiente de rendeiras, em situação de aumento da procura; mas nada impede que se busque mão-de-obra na própria comunidade para aumentar a produção.

Na opinião de algumas artesãs, a indicação geográfica permite divulgar a renda irlandesa e a cidade onde é produzida. Deve-se atentar para o facto de que a modalidade de protecção em estudo, por si só, não tem o papel de divulgação; isso é tarefa dos produtores, que precisam consciencializar os consumidores sobre as características do produto e sua origem, para não haver confusão com produtos de outras localidades. Afinal, conforme esboçado no círculo virtuoso, resultante do vínculo de determinados produtos a um local de origem e às pessoas envolvidas na produção, Vandecandelaere et al. (2009) sustentam que a

remuneração do produto está relacionada a estratégias de *marketing*. Logo, capacitar a comunidade sobre as formas de divulgar, expor e promover seus produtos é fundamental para que a indicação geográfica promova os impactos esperados pelos titulares.

A indicação geográfica como meio de expandir os negócios foi outra constatação de uma pequena parte das entrevistadas. Kakuta et al. (2006) e Locatelli (2007), a este respeito, vislumbram a possibilidade de inserir o produto protegido por indicação geográfica no mercado internacional. Mas é preciso ressaltar, uma vez mais, que o título conferido pelo INPI só causa verdadeiros efeitos aos titulares e à produção se houver acções que despertem nos consumidores a vontade de adquirir produtos diferenciados e originais, protegidos por indicação geográfica. Neste sentido, é oportuno mencionar o papel estratégico de diferentes órgãos e instituições, conforme os argumentos de Lages e Braga (2005), Locatelli (2007), Ascensão (2009), Vandecandelaere et al. (2009), além dos depoimentos dos representantes de instituições, utilizados para enriquecer a presente investigação.

Quanto à importância de órgãos e instituições, deve-se citar o depoimento da gestora de projectos do Artesanato Solidário, ao apontar a ASDEREN como uma das 16 associações brasileiras produtoras de artesanato escolhidas para receber investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Como recurso financeiro, foram utilizados US\$ 150.000 em projectos cujo foco era fortalecer as associações e criar uma rede entre elas para uma futura troca de experiências bem sucedidas.

Outros dois benefícios da indicação geográfica, presentes na última figura que foi apresentada, parecem guardar relação entre si: fomento do turismo local e ajuda no desenvolvimento local. De facto, isso foi citado por Battistelli (2005), Kakuta et al. (2006), Ascensão (2009) e Vittori (2010). A coordenadora do PAB em Sergipe diz no depoimento que o poder público local ainda não teve a dimensão do potencial que a cidade possui, já que em Divina Pastora há dois bens tombados pelo IPHAN, quais sejam: a igreja e a renda irlandesa. Ela acredita que é possível investir no turismo da região; mas, para isso, é fundamental investir em infraestrutura e serviços como hotéis e restaurantes.

Quanto ao desenvolvimento local, a presidente da ASDEREN revelou no depoimento que é possível que os benefícios do trabalho com a renda irlandesa sejam expandidos para outros locais do estado de Sergipe e que, no futuro, seja criada uma cooperativa de produtoras. É interessante traçar um paralelo com o que foi dito pela chefe da divisão técnica do IPHAN/SE: ela teme que a indicação geográfica impeça a inclusão de mulheres que estão em outras localidades do estado de Sergipe e dominam as técnicas de produção deste produto artesanal.

Não menos importante, o último benefício apontado por pelo menos uma rendeira de cada grupo foi o trabalho assalariado. Ocorre que não se pode afirmar que o salário seja uma garantia, já que são artesãs autónomas pertencentes a uma associação; portanto, elas não mantêm vínculo de trabalho com nenhuma empresa. Pode-se concordar com Soeiro (2005), ao inferir que a indicação geográfica gera postos de trabalho qualificados e garante a sobrevivência das gerações actuais e futuras.

Por fim, a protecção por indicação geográfica cria o que Acsehrad (2002) chamou de sinergias locais, capazes de transformar o espaço local com maior participação dos indivíduos nele inseridos. A fim de comprovar a tentativa em buscar sinergias, pode-se destacar o papel que a representante do INPI em Sergipe desempenhou, em parceria com membros da equipa do SEBRAE/SE, ao visitar as rendeiras da ASDEREN em Divina Pastora e apresentar a essas mulheres o conceito de indicação geográfica, bem como o procedimento para obtê-la. Em seu depoimento, ela revela que chegou a dar sugestões sobre o sinal distintivo, desenvolvido por um *designer*, para diferenciar os produtos com indicação geográfica dos demais; todavia, reconhece que a decisão final cabe sempre aos interessados directos que, no caso, são as rendeiras da ASDEREN – o que se alinha à perspectiva da capacidade humana defendida por Sen (2000). No entanto, a preocupação apontada pela representante do INPI em Sergipe é a seguinte: caso haja a concessão do registo da indicação geográfica, o que as titulares farão? A questão só poderá ser respondida se as rendeiras da ASDEREN formalizarem o pedido de registo junto ao INPI, o que ainda não ocorreu.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 Conclusões imediatas do trabalho

A primeira parte do capítulo final se refere às conclusões imediatas do trabalho. Antes, convém mencionar a motivação do autor para elaborar a presente dissertação, qual seja: a possibilidade de contribuir com o tema da indicação geográfica para artesanato, ainda pouco explorado no Brasil, e suas implicações para o desenvolvimento socioeconómico e humano. Objectivou-se uma maior especialização nesta área do conhecimento para justificar seu interesse em trabalhar no fomento de indicações geográficas junto ao INPI, órgão em que ocupa o cargo de tecnologista em propriedade industrial.

O ponto de partida deste trabalho foi a disciplina de Socioeconomia do Desenvolvimento, que integra o currículo do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, e por meio da qual foi possível perceber que o desenvolvimento é um processo capaz de trazer mudanças socioeconómicas para determinado grupo, no longo prazo. Além disso, esta disciplina trouxe a perspectiva do desenvolvimento humano, que serviu de base teórica para estudar o modo de vida das rendeiras da ASDEREN, em Divina Pastora.

Conforme se pode constatar, a investigação não se desenvolveu com o intuito de criar modelos ou buscar relações de causalidade entre diferentes variáveis. Procurou-se conhecer, através de estudo de caso de natureza exploratória, a realidade de um grupo de artesãs que trabalha com a renda irlandesa e o impacto que a indicação geográfica poderá gerar na vida dessas mulheres. Assim, inferem-se as seguintes conclusões imediatas:

- A actividade artesanal de renda irlandesa funciona como um complemento ao rendimento familiar, já que ainda não é capaz de contribuir para a melhoria nas condições de vida das artesãs e suas famílias, apesar de fortalecer o papel da mulher em sua comunidade;
- As rendeiras mais jovens decidem realizar o trabalho com a renda irlandesa, pois é uma forma de obterem rendimento diante das poucas oportunidades de trabalho no município de Divina Pastora. Para as rendeiras de mais idade, além da renda irlandesa servir de fonte de rendimento, constitui um meio de esquecer os problemas do dia-a-dia e uma verdadeira fonte de distração;
- A presença em feiras e exposições no segmento de artesanato permite a divulgação do trabalho e ajuda na busca de novos mercados, que ainda é um grande obstáculo enfrentado pelas artesãs;
- A produção das peças de renda irlandesa, numa proposta colectiva de trabalho, ainda carece de maior consciencialização e envolvimento por parte das associadas.

4.2 Conclusões tendo em atenção a literatura revista e o enquadramento conceptual apresentado

Na segunda parte das considerações finais, é oportuno trazer as seguintes conclusões que se relacionam com o referencial teórico:

- A actividade vem sendo repassada através de diferentes gerações, mas isso não é suficiente para garantir sua sustentabilidade. O interesse das novas gerações em aprender o ofício e a procura dos consumidores por peças feitas de renda irlandesa são pontos favoráveis para que a tradição permaneça. No entanto, as artesãs precisam ser estimuladas a criar produtos que agradem o gosto do público, sem que haja descaracterização em relação às origens – inovar, mas sem perder a autenticidade. A renda irlandesa, portanto, vem sendo conduzida numa perspectiva mercadológica de análise do artesanato; com a ressalva de que possíveis modificações nos produtos sejam decididas pelas próprias rendeiras, como exercício de expansão das suas capacidades;
- A necessidade de capacitação e aperfeiçoamento permanentes das artesãs, de modo a incluir cursos que envolvem não somente questões técnicas e profissionais, como também outras áreas relacionadas a meio ambiente, saúde, sociedade, arte e cultura. Há, portanto, uma preocupação no desenvolvimento técnico e humano das mulheres, o que pode reflectir no desenvolvimento do próprio município. Acções como essas podem, ainda, atrair mulheres de municípios vizinhos para aprender o ofício. É a oportunidade de disseminação do conhecimento para além de Divina Pastora;
- A participação de instituições, públicas e privadas, como o BID, a Petrobras/SE, o SEBRAE/SE e o Artesanato Solidário destaca-se em matéria de cooperação e parceria com as rendeiras, principalmente pelo investimento de recursos financeiros para projectos de capacitação, fortalecimento da ASDEREN e comercialização dos produtos. O apoio de instituições e os programas de governo como o PAB, para fomentar o trabalho com a renda irlandesa em Divina Pastora, são fundamentais no processo de desenvolvimento socioeconómico e humano das artesãs;
- A possibilidade de indicação geográfica, na modalidade de indicação de procedência, como meio de vincular a renda irlandesa ao seu local de origem permitiria uma série de benefícios às titulares – artesãs da ASDEREN: um signo distintivo nos produtos que estiverem em conformidade com o regulamento de uso; possibilidade de exigir um preço mais elevado pelos produtos que contiverem o signo da indicação geográfica, desde que os consumidores agreguem valor a esses produtos e estejam dispostos a pagar pelos mesmos;

aumento da população de rendeiras; atracção de turistas para a cidade de Divina Pastora, exigindo-se maior infraestrutura local no que diz respeito a comércio e serviços. Todos esses benefícios suscitam desenvolvimento socioeconómico e humano.

- De acordo com a constatação acima, é possível responder a questão presente no título deste trabalho. A indicação geográfica poderá ser um instrumento de suporte ao desenvolvimento socioeconómico e humano das rendeiras de Divina Pastora, desde que: suas principais dificuldades estejam superadas; as entidades locais e regionais tenham vontade política de inserir a renda irlandesa nos programas de governo; as parcerias continuem a suprir as necessidades das artesãs; e haja consciência por parte dessas mulheres de que possuem vínculo com o saber fazer e o território de origem do mesmo. Além disso, cabe a elas mesmas a decisão de levar o tipo de vida que desejam, que pode incluir ou não a renda irlandesa, assim como incluir ou não a indicação geográfica. É sua liberdade como desenvolvimento.

4.3 Recomendações

A última parte deste capítulo final apresenta as recomendações, que são demonstradas a seguir:

- Buscar novos parceiros que possam criar interfaces com consumidores, de modo a diversificar o mercado e aumentar as possibilidades de comercialização. A Rede Tekoha é um potencial parceiro diante de sua proposta de transformar produtos artesanais em brindes corporativos. É factível que uma empresa queira presentear clientes, ou mesmo funcionários, com pequenas peças feitas de renda irlandesa que tenham preço competitivo;
- Ampliar o canal de comunicação da ASDEREN com os clientes, sobretudo através de um sítio na *internet* que permita expor e vender os produtos de renda irlandesa. Tal iniciativa representa uma verdadeira comodidade para o comprador, pois consegue adquirir a peça desejada sem ter que ir a Divina Pastora ou a alguma feira de artesanato;
- Formalizar junto ao INPI o pedido de indicação geográfica para Divina Pastora, na modalidade de indicação de procedência, tendo como titular a ASDEREN, se essa for a protecção que o grupo pretende obter para o artesanato de renda irlandesa; antes de tal formalização, é aconselhável que se informem no próprio INPI sobre marca colectiva e, assim, reflectam se esta seria mais eficaz em atender suas necessidades e pretensões.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, Henri (2002), Território e poder – a política das escalas. In: Tania Fischer (org.), *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, pp. 33-44.
- ADIERS, Cláudia M. (2002), A propriedade intelectual e a proteção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais. *Revista da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual*, n. 56, Jan./Fev. 2002, pp. 48-65.
- ALMEIDA, Alberto F. R. de (1999), Denominação de origem e marca. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. *Studia Iuridica*, n. 39, Coimbra Editora. 446p.
- ALVIM, Maria Rosilene B. (1983), Artesanato, tradição e mudança social – um estudo a partir da ‘arte do ouro’ de Juazeiro do Norte. In: Vários autores, *O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Funarte; Instituto Nacional do Folclore, pp. 49-75.
- AMARO, Rogério R. (1993), As novas oportunidades de desenvolvimento local. In: *A rede para o desenvolvimento local*, n. 8, Faro: In Loco, pp. 16-22.
- _____. (2006), Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. In: *Ensaio de homenagem a António Simões Lopes*. Lisboa: ISEG, pp. 427-465.
- ASCENSÃO, José de O. (2009), Indicações geográficas e países em desenvolvimento. In: Gorini et al. (orgs.), *Propriedade intelectual: plataforma para o desenvolvimento*. Instituto Dannemann Siemsen de Estudos Jurídicos e Técnicos. Rio de Janeiro: Renovar, pp. 101-121.
- BATTISTELLI, Benoît (2005), Propriedade industrial e desenvolvimento económico: o papel das indicações geográficas. In: António Campinos (director), *Marcas & Patentes – A revista da propriedade industrial*, Ano 20, n. 4. Lisboa: INPI, pp. 3-5.
- BAUMAN, Zygmunt (1999), Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 145p.
- BOKOVA, Irina (2010), O diálogo é o caminho. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 Mai. 2010. Caderno Opinião, p. 7.
- BORGES, Adélia (2007), A intervenção do *design* no produto de artesanato. In: Vários autores, *Artesanato: intervenções e mercados. Caminhos possíveis*. São Paulo: Programa Artesanato Solidário, pp. 31-42.
- BOWEN, Sarah (2010), *Development from Within? The Potential for Geographical Indications in the Global South*. The Journal of World Intellectual Property. Vol. 13, n. 2, pp. 231-252.
- BROSE, Markus (2002), Avaliação em projetos públicos de desenvolvimento local: o caso do projeto PRORENDIA no Rio Grande do Sul. In: Tania Fischer (org.), *Gestão do*

desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, pp. 194-211.

CEDRAN, Lourdes (1979), *Divina Pastora: renda irlandesa e redendê*. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, Paço das Artes. 32p.

CERVO, Amado L. et al. (2007), *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 6ª ed., 162p.

COMISSÃO EUROPEIA (2003), *Uma globalização benéfica para todos. A União Europeia e o comércio mundial. Série A Europa em movimento*. Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. 22p.

COSTA, Janete (2002), *Mau gosto é o gosto dos outros*. In: Vários autores, *Artesanato, produção e mercado: uma via de mão dupla*. São Paulo: Programa Artesanato Solidário, pp. 13-16.

DANTAS, Beatriz G. (2001), *Renda de Divina Pastora*. Rio de Janeiro: Funarte; CNFCP. Sala do Artista Popular, n. 92. 32p.

_____. (2004), *Pesquisa em artesanato: as duas faces de Jano*. In: Anais do XI Congresso Brasileiro de Folclore. Goiânia: Editora Kelps, UNESCO, Comissão Nacional de Folclore, Comissão Goiana de Folclore, pp. 70-86.

_____. (2005), “Tu me ensina a fazer renda”: gerações e processos de aprendizagem de ofícios tradicionais. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *Patrimônio imaterial e biodiversidade*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 32, pp. 224-243.

DAS, Kasturi (2009), *Socio-economic implications of protecting geographical indications in India*. Centre for WTO Studies. 57p.

D’ÁVILA, José S. (1983), *O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea*. In: Vários autores, *O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Funarte; Instituto Nacional do Folclore, pp. 167-188.

FILHO, Dalmo V. (2010), *O IPHAN e seus horizontes*. Brasília: IPEA, *Revista Desafios do Desenvolvimento – Edição especial*. Ano 7, n. 62, Jun./Jul. 2010, 74p.

FILHO, Genauto C. de França (2002), *A perspectiva da Economia Solidária*. In: Tania Fischer (org.), *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, pp. 123-136.

FISCHER, Tania (2002), *Poderes locais, desenvolvimento e gestão. Introdução a uma agenda*. In: Tania Fischer (org.), *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, pp. 12-32.

FRAGA, Ronaldo (2007), *A incorporação do artesanato na criação da moda*. In: Vários autores, *Artesanato: intervenções e mercados. Caminhos possíveis*. São Paulo: Programa Artesanato Solidário, pp. 23-28.

FRÓES, Carlos H. de C. (2002), A proteção das indicações geográficas no Brasil. *Revista da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual*, n. 56, Jan./Fev. 2002, pp. 66-68.

GIL, Antonio Carlos (2007), Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. 4ª ed., 175p.

HOBBSBAWM, Eric (2008), Introdução: a invenção das tradições. In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.), *A invenção das tradições*. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra. 6ª ed., pp. 9-23.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (2009), Certidão. Livro de Registro dos Saberes, vol. I, fls. 9 v. Brasília: IPHAN, 2p. Disponível em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?jsessionid=8A0412E015387AF8690DC48129859FB3?id=1038>. Acesso em Mar. 2010.

_____. (2011), *Desfile de moda destaca renda irlandesa em Sergipe*. 6 Jun. 2011. Disponível em <http://www.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do?jsessionid=D30CC47892A1643532346CC0DAEBE498?id=16023&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acesso em Jul. 2011.

KAKUTA, Susana M. et al. (2006), Indicações Geográficas: Guia de Respostas. Porto Alegre: SEBRAE/RS. 38p.

LAGES, Vinicius e BRAGA, Cristiano (2005), A origem geográfica como patrimônio. Implicações para políticas públicas e desenvolvimento de negócios. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *Patrimônio imaterial e biodiversidade*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 32, pp. 94-107.

LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina de A. (2010), Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas. 7ª ed., 297p.

LARAIA, Roque de Barros (1997), Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 11ª ed., 116p.

LAUER, Mirko (1983), Crítica do artesanato: plástica e sociedade nos Andes peruanos. Tradução: Heloisa Vilhena de Araújo. São Paulo: Nobel, 140p.

LEITE, Rogerio P. (2005), Modos de vida e produção artesanal: entre preservar e consumir. In: Vários autores, Caderno Artesol 1. *Olhares itinerantes: reflexões sobre artesanato e consumo de tradição*. São Paulo: Artesanato Solidário, pp. 27-41.

LIMA, Ricardo (2002), Estética e gosto não são critérios para o artesanato. In: Vários autores, *Artesanato, produção e mercado: uma via de mão dupla*. São Paulo: Programa Artesanato Solidário, pp. 23-37.

_____. (2005), Artesanato de tradição: cinco pontos em discussão. In: Vários autores, Caderno Artesol 1. *Olhares itinerantes: reflexões sobre artesanato e consumo de tradição*. São Paulo: Artesanato Solidário, pp. 13-26.

LOCATELLI, Liliana (2007), Indicações geográficas e desenvolvimento econômico. In: Barral e Pimentel (orgs.), *Propriedade intelectual e desenvolvimento*. Florianópolis: Fundação Boiteux, pp. 233-252.

LUSTOSA, Paulo Henrique (2002), Avaliação da indução de desenvolvimento sustentável: uma proposta de metodologia. In: Tania Fischer (org.), *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, pp. 175-193.

MAIA, Isa (1981), Artesanato brasileiro: rendas. Rio de Janeiro: Funarte; Instituto Nacional do Folclore. 96p.

MARIE-VIVIEN, Delphine (2011), *Indicações geográficas e a valorização de produtos artesanais: uma reflexão a partir da experiência da Índia*. Palestra realizada no Auditório do Museu de Folclore Edison Carneiro; Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular; IPHAN. 13 Mai. 2011. Rio de Janeiro.

MASCÊNE, Durcelice C. (2010), Termo de referência: atuação do Sistema SEBRAE no artesanato. Brasília: SEBRAE, 64p.

O GLOBO (2011), *Brasil tem 16,2 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, que vivem com até R\$ 70 por mês*. País, 3 Mai. 2011.

Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/05/03/brasil-tem-16-2-milhoes-de-pessoas-em-situacao-de-extrema-pobreza-que-vivem-com-ate-70-por-mes-924372803.asp>
Acesso em Jun. 2011.

OITICICA, Francisco de Paula L. (1967), A arte da renda no nordeste. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. 61p. Publicado originalmente no Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, n. 15, 1966.

PETRELLA, Riccardo (1996), “Globalização e internacionalização: a dinâmica da emergente ordem mundial”. In: Boyer, Robert e Drache, Daniel (orgs.), *Estados contra mercados: os limites da globalização*. Lisboa, Instituto Piaget, pp. 81-103.

PNUD (2010), Relatório do desenvolvimento humano 2010. A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. 237p.

Disponível em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf. Acesso em Dez. 2010.

RANGNEKAR, Dwijen (2009), *Geographical indications and localisation: a case study of Feni*. Centre for the Study of Globalisation and Regionalisation – CSGR Report, University of Warwick. 62p.

RODRIGUES, Maria Alice C. e MENEZES, José Carlos S. de (2000), A proteção legal à indicação geográfica no Brasil. *Revista da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual*, n. 48, Set./Out. 2000, pp. 3-20.

ROSA, Sueli L. C. (2002), Processos de avaliação do projeto PNUD/SUDENE: o monitoramento como instrumento de avaliação do desenvolvimento local sustentável. In: Tania Fischer (org.), *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, pp. 229-238.

RUGIERO, Roberto (2002), Não interferir, mas estimular a criatividade. In: Vários autores, *Artesanato, produção e mercado: uma via de mão dupla*. São Paulo: Programa Artesanato Solidário, pp. 19-21.

SANT'ANNA, Márcia (2010), A política federal salvaguarda do património cultural imaterial. Brasília: IPEA, *Revista Desafios do Desenvolvimento – Edição especial*. Ano 7, n. 62, Jun./Jul. 2010, 74p.

SCHOMMER, Paula C. (2002), Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. In: Tania Fischer (org.), *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, pp. 91-109.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DE SERGIPE (2011), *Artesanato de Divina Pastora desenvolve o turismo local*. 1 Ago. 2011. Disponível em <http://www.turismosergipe.net/noticias/ler/artesanato-de-divina-pastora-desenvolve-o-turismo-local>. Acesso em Ago. 2011.

SEN, Amartya (2000), *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. Revisão técnica: Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras. 409p.

SOEIRO, Ana (2005), Proteger as nossas denominações de origem e as nossas indicações geográficas: proteger o património e proteger o futuro. In: António Campinos (director), *Marcas & Patentes – A revista da propriedade industrial*, Ano 20, n. 4. Lisboa: INPI, pp. 12-13.

SOUZA, Márcio O. e (2004), Panorama interno e externo da proteção às indicações geográficas. *Revista da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual*, n. 72, Set./Out. 2004, pp. 33-39.

TEAR (2010), *Marias Brazilianas: a arte do fio*. Obra musical; gravação e mixagem: Estúdio Umuarama; masterização: Vison Digital; direcção geral: Denise Mendonça, Rio de Janeiro. 1 CD [51min].

VANDECANDELAERE, Emilie et al. (2009), *Linking people, places and products: a guide for promoting quality linked to geographical origin and sustainable geographical indications*. FAO; SINER-GI. 194p.

VIEIRA, Euripedes F. e VIEIRA, Marcelo M. F. (2002), Geoestratégia dos espaços econômicos: o paradigma espaço-tempo na gestão de territórios globais. In: Tania Fischer (org.), *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, pp. 45-60.

VILELA, Juliana S. (2008), *The protection of geographical indications in Brazil*. *Revista da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual*, n. 97, Nov./Dez. 2008, pp. 16-35.

VITTORI, Massimo (2010), *The International Debate on Geographical Indications (GIs): The Point of View of the Global Coalition of GI Producers—oriGIn*. *The Journal of World Intellectual Property*. Vol. 13, n. 2, pp. 304-314.

VIVES, Vera de (1983), A beleza do cotidiano. In: Vários autores, *O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Funarte; Instituto Nacional do Folclore, pp. 133-148.

YIN, Robert K. (2005), Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução: Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman. 3ª ed., 212p.

ZANETTI, Eloi (2007), Produto artesanal e setor empresarial: caminhos possíveis. In: Vários autores, *Artesanato: intervenções e mercados. Caminhos possíveis*. São Paulo: Programa Artesanato Solidário, pp. 11-20.

Sítios visitados na internet

<http://www.anp.gov.br>
<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>
<http://www.ibge.gov.br>
<http://www.inpi.gov.br>
<http://www.pnud.org.br/atlas/>

ANEXO

Roteiro de entrevista às rendeiras

- 1) Qual é a sua idade?
- 2) Qual é o seu nível de escolaridade?
- 3) Qual é o seu rendimento familiar?
- 4) Qual é o seu rendimento familiar por meio do trabalho com a renda irlandesa?
- 5) Produzir peças de renda irlandesa é sua única actividade de trabalho?
- 6) Por que você trabalha com a renda irlandesa?
- 7) Na sua opinião, por que o trabalho com a renda irlandesa não deve acabar em Divina Pastora?
- 8) Se inventarem uma máquina para fazer as peças de renda irlandesa, isso vai melhorar o seu trabalho?
- 9) Quais são as razões para você achar que a máquina não vai melhorar o seu trabalho?
- 10) Você cria desenhos para peças feitas de renda irlandesa?
- 11) Quais são as peças de renda irlandesa que você produz além das peças tradicionais de cama e mesa?
- 12) Quais são as dificuldades que você encontra em seu trabalho com a renda irlandesa?
- 13) O que você sugere para ajudar a melhorar o seu trabalho com a renda irlandesa?
- 14) Quais são os benefícios que podem surgir se o governo reconhecer que Divina Pastora se tornou conhecida como centro de produção de renda irlandesa (indicação geográfica)?